



Prefeitura do Município de
São Paulo Secretaria do
Desenvolvimento,
Trabalho e Solidariedade

**Projeto Desenvolvimento Solidário
Geração de Renda e Ocupação do
Município de São Paulo –
FAO/UTF/BRA/059/BRA**



ORGANIZAÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS PARA
AGRICULTURA E
ALIMENTAÇÃO



Projeto

**“Identificação das mudanças ocorridas
com os beneficiários dos programas sociais
da Prefeitura do Município de São Paulo
desenvolvidos pela Secretaria de
Desenvolvimento, Trabalho e
Solidariedade (SDTS), no âmbito do
Projeto Desenvolvimento Solidário”**

Relatório 1

**Informe diagnóstico do
funcionamento dos programas
redistributivos e emancipatórios da
SDTS/PMSP com definição de
metodologia de pesquisa adequada
à avaliação dos programas**

**2
0
0
3**

Abril

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	02
I. INTRODUÇÃO	04
1. Antecedentes	04
2. A importância do monitoramento e da avaliação de programas sociais	07
3. A estratégia adotada para o planejamento do presente trabalho	10
3.1 Etapa prévia de conversação entre o DIEESE e o Projeto Desenvolvimento Solidário e a SDTS/PMSP	10
3.2 Construção de indicadores quantitativos a partir da base de dados da PED-RMSP	11
3.3 Pesquisas com participantes dos programas sociais da SDTS/PMSP	14
3.4 Leitura e sistematização do material disponível sobre os programas sociais	14
3.5 Entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis pelos programas sociais envolvidos no projeto	15
3.6 Reunião com membros das equipes de supervisão e de visitas domiciliares	16
3.7 Realização de um Grupo Focal com coordenadores e assessores dos programas para definição de procedimentos comuns de pesquisa	17
3.8 Elaboração do presente relatório	17
4. Objetivos da avaliação	18
5. Questões centrais para investigação	18
6. A metodologia de pesquisa proposta	18
II. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DAS ENTREVISTAS COM AS COORDENAÇÕES	21
III. QUADROS-RESUMO DOS PROGRAMAS INCLUÍDOS NO PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DO DIEESE	39
IV. RESULTADOS DO GRUPO FOCAL COM AS COORDENAÇÕES E ASSESSORIAS DOS PROGRAMAS SOCIAIS	53
V. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PESQUISA DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SDTS/PMSP	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
ANEXOS	
ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS PELOS PROGRAMAS	70
ANEXO 2: MATERIAL DO GRUPO FOCAL COM AS COORDENAÇÕES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SDTS/PMSP	76

APRESENTAÇÃO

O presente relatório técnico de pesquisa faz parte do projeto “*Identificação das mudanças ocorridas com os beneficiários dos Programas Sociais da Prefeitura de São Paulo desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), no âmbito do Projeto Desenvolvimento Solidário*”, realizado através da Carta de Acordo assinada entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e no âmbito do Projeto Desenvolvimento Solidário Geração de Renda e Ocupação do Município de São Paulo (UTF/BRA/059/BRA).

Este primeiro produto, intitulado “*Relatório Diagnóstico do Funcionamento dos Programas Redistributivos e Emancipatórios da SDTS/PMSP com definição de metodologia de pesquisa adequada à avaliação dos programas*”, traça um panorama dos Programas Sociais e dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional que são foco da avaliação que está sendo realizada e dos resultados obtidos até o momento nas várias iniciativas realizadas no âmbito do projeto.

A **Introdução** traz uma breve descrição dos antecedentes dos programas, indicando o processo percorrido até a fase de implantação dos mesmos. Ainda, apresenta a linha teórico-metodológica que orientará a avaliação dos programas, indicando as etapas percorridas no sentido da apropriação pelo DIEESE da extensa produção já desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade (SDTS) da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) sobre os seus programas sociais. Este conhecimento visa orientar parte das reflexões e das escolhas nas etapas que se seguirão. Por isso, nesta parte, são também retomados os principais objetivos, fases e resultados previstos para o desenvolvimento de indicadores de acompanhamento dos resultados dos programas a partir da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), realizada pelo DIEESE e pela Fundação SEADE, indicando as etapas percorridas e a metodologia adotada. Estes indicadores serão, no entanto, objeto de relatório específico, previsto como seguinte ao presente.

Os capítulos dois e quatro dedicam-se a apresentar os resultados das entrevistas e do grupo focal realizados com as coordenações dos programas para a discussão, apresentação e definição da linha teórico-metológica que será seguida pelo DIEESE.

O capítulo três resulta de diferentes quadros-resumo dos programas sociais investigados. As informações ali contidas são também o fruto das entrevistas com as coordenações, complementadas com o material técnico disponibilizado pela SDTS/PMSP e pelo Projeto Desenvolvimento Solidário.

O último capítulo detalha a estratégia traçada para a realização das pesquisas que serão realizadas com o objetivo de acompanhar os resultados dos programas sociais. É importante notar que a definição desta estratégia representa também um dos produtos construídos em conjunto com as coordenações dos programas em foco.

I INTRODUÇÃO

1. Antecedentes

O governo municipal de São Paulo, em sua atual gestão (2001/2004), decidiu, em conformidade com as promessas de campanha, priorizar uma política de combate à exclusão social. Para tanto *“de um lado tratou-se de estabelecer uma nova concepção de gestão administrativa para permitir o desencadeamento de um conjunto de ações voltadas para a inclusão social. De outro lado, procurou-se organizar uma estratégia de políticas públicas municipais ampla o suficiente para o enfrentamento simultâneo da pobreza, do desemprego e da desigualdade de renda”* (POCHMANN e MORETTO, 2002:49-50).

A primeira linha de atuação consubstanciou-se na criação da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS/PMSP) com a finalidade de *“ser uma secretaria de projetos ágil, enxuta e eficaz, capaz de articular o conjunto do governo municipal (secretarias e empresas públicas) e Organismos não governamentais”* (POCHMANN e MORETTO, 2002:58).

No que tange à segunda linha de atuação, *“a principal inovação resulta da constituição de três grandes blocos programáticos de ações que fundamentam a estratégia paulistana de inclusão social por meio de integração e articulação entre si e com critérios universais de atendimento aos excluídos, especialmente aos pobres e desempregados”* (POCHMANN e MORETTO, 2002:65). Outra característica relevante é a busca do rompimento com o caráter assistencialista de grande parte das políticas públicas brasileiras ao vincular o recebimento de benefícios à exigência de contrapartidas específicas por parte da população beneficiária.

✓ No **primeiro eixo** programático encontram-se os **programas de natureza redistributiva** que garantem às famílias complementação de renda suficiente para superar a linha da pobreza. São os programas **Renda Mínima (...)** e **Bolsa Trabalho (...)** que garantem temporariamente renda associada à ampliação da escolaridade e ao envolvimento com atividades comunitárias, enquanto os programas **Operação Trabalho (...)** e **Começar de Novo (...)** estão

direcionados à garantia temporária de renda combinada à educação para aprendizagem em atividades comunitárias, para o trabalho assalariado e para a incubação de empreendimentos populares.

- ✓ No **segundo eixo** programático localizam-se os **programas emancipatórios** que operam simultaneamente para os beneficiários dos programas redistributivos. Para as famílias do Renda Mínima, há a disseminação de conhecimentos básicos, como alfabetização, economia doméstica e orçamentária, saúde e higiene, atividades culturais, entre outros. Já para os demais beneficiários dos programas redistributivos há a possibilidade de escolha, após a passagem pelo módulo básico de 2 meses de conhecimento geral (ética, cidadania e cultura política e econômica), de módulos específicos de 4 a 24 meses nas áreas de aprendizagem em empreendimentos coletivos e individuais (**Programa Oportunidade Solidária**), em qualificação profissional para trabalho assalariado e autônomo (**Programa Capacitação Ocupacional e de Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva**) e para atividades comunitárias (agentes comunitários de lazer, meio ambiente, de transporte, entre outros). Para os que necessitam de apoio financeiro, a **Central de Crédito Popular São Paulo Confia** empresta a taxas de juros compatíveis com a capacidade de pagamento, como forma de início e desenvolvimento dos pequenos negócios.
- ✓ Por fim, no **terceiro eixo** programático situam-se os programas de apoio ao desenvolvimento local (**Reestruturação Produtiva e Relações do Trabalho [- Desenvolvimento Local -] e Sistema de Alocação Pública de Trabalho – São Paulo Inclui**) especialmente nos distritos onde se localizam os beneficiários dos programas redistributivos. Dessa forma, a prefeitura de São Paulo busca transformar os locais de moradia e de possível exercício de trabalho, propondo a reorganização geográfica dos postos de trabalho e as novas formas de reinserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, apóia a reestruturação técnica e empresarial, com (...) ênfase no desenvolvimento de cadeias produtivas (...) empregadoras e geradoras de negócios, capazes de absorverem parte dos beneficiários dos programas sociais” (SDTS/PMSP, 2002:2-3).

Há também dois projetos de cooperação técnica internacional assinados entre FAO e SDTS (Projeto Desenvolvimento Solidário: Geração de Ocupação e Renda no Município de São Paulo, no âmbito do qual acontece esta avaliação) e entre UNESCO e SDTS (Projeto Formação Cidadã; capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Utilidade Coletiva). Estes projetos potencializam as ações emancipatórias e de apoio ao desenvolvimento local inseridas dentro da estratégia de inclusão social da SDTS.

Já em 2001, os programas sociais redistributivos e emancipatórios começaram a ser implantados em 13 (treze) distritos selecionados, segundo 5 critérios: nível de concentração distrital da pobreza; de violência; de analfabetismo, de desemprego e de alta presença de crianças e adolescentes no total da população. Em 2002, os programas sociais foram implantados em mais 37 distritos, totalizando 50 (cinquenta) distritos atendidos. Existe a perspectiva de inclusão de mais 5 distritos em 2003 e de outros 41, em 2004, totalizando os 96 distritos do Município de São Paulo atendidos pelos Programas Sociais.

“Com começo, meio e fim, a estratégia de inclusão social pretende contribuir para o enfrentamento dos graves problemas de parcela importante da sociedade paulistana. Nesse sentido, o monitoramento e a avaliação são componentes importantes do sucesso das intervenções sociais do poder público” (SDTS/PMSP, 2002:3).

Desde o início de sua atuação, a SDTS estava preocupada com esta questão e, para dela desincumbir-se, foi criado um sistema de comunicação e gerenciamento de informações com a finalidade de sistematizar os dados dos cidadãos inscritos nos diversos programas. Assim, pretenderam diminuir as dificuldades enfrentadas nos primeiros processos de seleção de seus beneficiários, viabilizando o controle das contrapartidas exigidas às pessoas para a continuidade do benefício e para facilitar a comunicação entre beneficiários e gestores dos programas. Instrumentos centrais deste sistema são o 0800 e o Banco de Dados Cidadão.

- ✓ No caso do 0800, hoje 156, trata-se de uma central de atendimento gratuita, criada em resposta à demanda dos cadastrados/selecionados nos diversos programas por esclarecimentos e orientações e que lhes permite acompanhar sem maiores dificuldades a sua situação.
- ✓ Já o banco de dados, em implantação desde 2001, inicialmente centraliza as informações relativas a todos os cidadãos cadastrados nos diversos programas sob responsabilidade da SDTS/PMSP, mas tem o seu projeto de ampliação voltado para

uma grande abrangência, podendo vir a constituir “ferramenta fundamental para o gerenciamento das informações necessárias ao planejamento, à implementação e ao acompanhamento de políticas públicas no município de São Paulo. Isso porque, no seu limite, ele poderá vir a contemplar toda espécie de relacionamento entre o cidadão e o poder público local” (GUERRA, CAMPOS e FREITAS JR.,2002:228).

Finalmente, também atuam nesta direção o sistema de supervisão (junto aos beneficiários, da capacitação, da incubação, por exemplo) e o de visitas domiciliares. Pesquisas têm sido produzidas com a finalidade de conhecer, em diferentes regiões do município, as dificuldades de implementação dos programas, bem como o grau de satisfação dos usuários.

2. A importância do monitoramento e **da** avaliação de programas sociais

Nascida sob a égide do controle e da exigência dos agentes financiadores, a idéia de monitorar e avaliar projetos sociais (principalmente entendida como processo aliado da equipe gestora e não como ameaça a ela) ainda não criou raízes no Brasil. Contudo, já existem instituições governamentais e ONGs “que têm aumentado significativamente seus conhecimentos na área nos últimos anos, utilizando a avaliação como ferramenta para melhorar sua atuação direta sobre o público-alvo e sobre o processo de gestão interna, além de ser utilizada como estratégia para captação de recursos e divulgação de seu trabalho” (CHIANCA, 2001:19).

Inácio Cano, reconhecido professor de metodologia de pesquisa na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e autor do livro **Introdução à avaliação de programas sociais** (que apresenta uma avaliação de métodos para o sucesso no investimento social), lembra, em entrevista dada ao **Jornal do Brasil**, em 5/04/2003, que cada centavo gasto com programas sociais exige não apenas um planejamento estratégico, mas também uma análise sistemática dos resultados práticos, e que isto ocorre muito raramente no Brasil.

Entre os muitos aspectos constitutivos do conceito de avaliação, destacam-se aqui alguns que parecem pertinentes à forma pela qual está se pretendendo encaminhar o presente projeto de avaliação:

- ✓ *“A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática e dirigida (...)” (AGUILLAR e ANDER-EGG, 1995:31-32).*
- ✓ *“A avaliação de um programa social consiste, basicamente, em formular perguntas precisas a respeito de um ou vários aspectos do programa, que podem estar associados ao planejamento, execução ou resultados do mesmo” (ADULIS, 1999:1).*
- ✓ *“A avaliação concentra sua atenção na estimativa dos efeitos diretos e indiretos ou secundários, constituindo a soma de ambos, os impactos do programa/projeto” (CNEP,2003:13).*

Deve-se destacar, também, dois dos principais desafios a serem enfrentados na realização de um processo de avaliação de programas sociais:

✓ **A complexidade da realidade social**

- *“Em se tratando de projetos sociais, lidamos com realidades complexas nas quais muitos fatores e sujeitos intervêm e moldam relações e processos. Um projeto baseia-se na intenção de atuar nesta complexidade, perseguindo objetivos de mudança numa situação considerada como problema ou necessidade. Com suas atividades, relacionando-se com a ação dos demais sujeitos na sociedade, pretende produzir resultados que, no conjunto, contribuam para modificar aquela situação. Por isso, os resultados de um projeto social nunca são uma certeza, mas um investimento, uma aposta na possibilidade de alcançá-los. Não havendo certezas, é preciso construir meios de verificação que auxiliem a perceber o rumo das mudanças que se consegue produzir” (VALARELLI, 1999:2).*
- *“Uma dificuldade sempre presente neste processo (de avaliação) é o próprio caráter dos projetos sociais, cujos aspectos qualitativos tendem a prevalecer sobre aspectos quantitativos. Num campo que abrange temas amplos, como por exemplo qualidade de vida, conquista de direitos, formação de uma nova cultura política, promoção da cidadania e, em última análise, um ambiente social mais justo e democrático, determinar parâmetros de julgamento adequados é um primeiro desafio” (REIS,1999:1).*

- ✓ **Dificuldade de estabelecer nexos causais:** é necessário muita cautela para afirmar que mudanças verificadas no público-alvo podem ser efetivamente atribuídas à ação do programa em avaliação. “O objetivo de determinar a relação de causalidade entre a política examinada e possíveis transformações relativas à população-alvo é difícil de ser demonstrado, além de ser suscetível a muitas controvérsias e questionamentos” (MACHADO,1999:97). Assim, é mais pertinente (e prudente) trabalhar com a idéia de estabelecer associações, co-variações entre situações de mudança.

Apesar destas (e de outras dificuldades), um ponto consensual entre vários autores que abordam o tema da avaliação de programas/projetos sociais é o da importância de ouvirem-se os atores envolvidos, com destaque especial para o **público beneficiário:**

- ✓ “O conhecimento produzido por este público sobre um projeto tem grande valor: possibilita novos entendimentos sobre razões de êxitos, dificuldades e possíveis soluções em seu encaminhamento, serve para que este público possa posicionar-se sobre novas ações e decisões, além de promover maior integração com a organização” (REIS, 1999:6).
- ✓ Lucília Machado inclui entre as preocupações cruciais que devem nortear o desenvolvimento deste tipo de investigação “a necessidade de incluir no processo de avaliação a participação dos envolvidos no processo, tornando-os sujeitos ativos de sua história” (MACHADO, 1999:98).

“Os processos de avaliação de projetos sociais envolvem, geralmente, as seguintes atividades:

- (a) planejamento/desenho do processo de avaliação;
- (b) levantamento dos dados/trabalho de campo;
- (c) sistematização e processamento dos dados;
- (d) análise das informações;
- (e) elaboração de relatório(s) com os resultados encontrados e recomendações;
- (f) disseminação e uso das conclusões junto a diferentes públicos como funcionários, usuários, financiadores e parceiros;

*Dentre todas as etapas de um processo de avaliação de projetos sociais, a de **planejamento** é a mais complexa, não apenas porque envolve questões metodológicas e decisões estratégicas que demandam tempo e energia dos gestores, mas também porque se realizada de forma inadequada pode comprometer as demais etapas do processo” (ADULIS,1999:1).*

3. A estratégia adotada para o planejamento do presente trabalho

3.1. Etapa prévia de conversação entre o DIEESE e o Projeto Desenvolvimento Solidário e a SDTS/PMSP

Após o seminário de discussão sobre desenvolvimento e o papel das políticas públicas no contexto latino-americano, bem como sobre a experiência paulistana de implementação dos Programas Sociais e metodologias de avaliação em políticas sociais e do trabalho, o Projeto Desenvolvimento Solidário convidou instituições para apresentar projetos de avaliação do mesmo e dos Programas Sociais da SDTS.

O DIEESE, então, encaminhou uma proposta, que deu início a uma série de reuniões entre os técnicos do Projeto Desenvolvimento Solidário, da SDTS e do próprio DIEESE, com o objetivo de ajustar o projeto às reais necessidades de monitoramento e avaliação dos programas da SDTS, do ponto de vista dos beneficiários do Projeto Desenvolvimento Solidário e dos Programas Sociais.

Como resultado, foi aprovado, pela equipe técnica do Projeto Desenvolvimento Solidário e da SDTS, o projeto denominado “Identificação das mudanças ocorridas com os beneficiários dos Programas Sociais da PMSP desenvolvidos pela SDTS, no âmbito do programa Desenvolvimento Solidário”, que conta com financiamento da FAO. Tal projeto é complementar aos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados no interior da própria SDTS/PMSP com o intuito de acompanhar e avaliar os programas que esta desenvolve, e é composto de duas partes distintas, ambas sob responsabilidade executiva do DIEESE: produção de indicadores sociais quantitativos para o Município de São

Paulo e produção de indicadores qualitativos com os beneficiários dos Programas Sociais da SDTS, visando identificar as possíveis mudanças produzidas pelo Projeto Desenvolvimento Solidário, bem como os graus de necessidades das famílias e dos indivíduos que estão sendo atendidos (vide Termo de Referência).

Conforme estratégia definida pelo DIEESE para a execução da avaliação, as duas vertentes, qualitativa e quantitativa, transcorrerão em paralelo, uma vez que possuem dinâmicas de trabalho bastante diferenciadas.

No entanto, a realização da proposta inclui, necessariamente, sua condução através de reuniões periódicas entre as equipes do DIEESE e as equipes do Projeto Desenvolvimento Solidário e da SDTS, de forma a discutir e definir os parâmetros de avaliação procedentes, conforme as perspectivas explicitadas no Termo de Referência.

Ainda, os relatórios previstos referem-se à momentos específicos do trabalho, conforme o cronograma de entrega de resultados proposto. O objetivo é que o conjunto de relatórios possa fornecer uma visão abrangente de todo o Projeto de Desenvolvimento Solidário, assim como cada um, em particular, trará as questões de cada programa em foco e/ou as conclusões possíveis a partir das perspectivas analíticas escolhidas.

3.2 Construção de indicadores quantitativos a partir da base de dados da PED-RMSP

Esta parte do trabalho refere-se ao estudo da construção de indicadores para as famílias e indivíduos do município de São Paulo, para a cidade e por regiões, com o objetivo de obter tabulações especiais que permitam o acompanhamento das possíveis alterações no perfil socioeconômico das famílias e indivíduos da cidade. Para isto, será considerado, principalmente, o período de 1999 a 2002, a ser estatisticamente avaliado, de forma a produzir informações atuais e também posteriores à implementação dos programas, como base de comparação. A análise estatística avaliará a possibilidade de construção de

séries temporais de indicadores socioeconômicos dos indivíduos e famílias, para acompanhamento dos impactos dos programas pela Secretaria ao longo do tempo.

Conforme o cronograma de trabalho previsto, foram realizados, até o momento, os seguintes passos:

✓ ***Levantamento das possibilidades de processamento da base de dados a partir da distribuição temporal e geográfica dos programas implantados***

Com base nas informações fornecidas pela SDTS/PMSP, foram identificados os distritos do município de São Paulo e as datas de implementação dos diferentes programas desde 2001.

Inicialmente, estes foram comparados às zonas homogêneas utilizadas na construção da amostra da pesquisa, para verificação de possíveis compatibilidades.

Foram traçadas, ainda, as possibilidades de processamento geográfico de indicadores: por grandes regiões do município, por distritos e por agrupamento de distritos. Neste particular, foram imprescindíveis as comparações realizadas entre as zonas constitutivas da amostra e os distritos da capital que são alvo dos programas.

As alternativas em relação à temporalidade das séries estão sendo analisadas sob dois pontos de vista complementares: para constituir séries de médias anuais e também séries que construam indicadores de tendências (especificamente nos casos em que a amostra não permitir desagregação mais acurada).

No segundo relatório técnico referente à Carta Acordo FAO/DIEESE, conforme cronograma aprovado, far-se-á uma descrição detalhada de todos os passos e as decisões metodológicas implementados nesta fase.

✓ ***Levantamento dos indicadores possíveis e adequados para o acompanhamento dos programas implantados***

Neste aspecto, os primeiros estudos estatísticos foram realizados tendo em vista determinar:

- os grupos populacionais para os quais seriam construídos os indicadores: as tabulações preliminares demonstraram a possibilidade da construção de indicadores para os conjuntos das populações dos distritos que vêm sendo atendidos pelos programas, ao longo do tempo, para comparação com o conjunto dos outros distritos que não foram atendidos. Essas tabulações permitem tanto o olhar sobre o grupo da população atendida em relação ao total da população (para considerar a abrangência dos programas) como os grupos em si, de maneira a identificar suas características;
- o conjunto de indicadores necessários para caracterizar as populações alvo dos programas (famílias e indivíduos) e para buscar acompanhar os impactos dessas iniciativas, considerando os diferentes perfis populacionais e objetivos de cada programa social.

A equipe técnica do DIEESE que está desenvolvendo esta parte específica do projeto irá agendar proximamente uma reunião com as equipes do Projeto Desenvolvimento Solidário e da SDTS para apresentação e discussão destes primeiros resultados, com vistas a definir os parâmetros gerais do processamento a ser executado em seguida.

A partir de discussão com a Coordenação Técnica do Projeto Desenvolvimento Solidário, foi acertada a data de 05 de agosto para a entrega final do Relatório relativo aos indicadores quantitativos, tendo em vista o processo de discussão que será realizado entre as equipes.

3.3 Pesquisas com participantes dos programas sociais da SDTS/PMSP

Esta parte do trabalho pretende reunir informações a partir de um conjunto articulado de **pesquisas qualitativas** com as famílias e indivíduos integrantes dos programas, para ouvir e conhecer sua experiência: expectativas, cotidiano, vivência nesses programas, mudanças verificadas, possibilidades abertas, sugestões e críticas. Poderão também ser ouvidos técnicos e funcionários que executam os programas junto aos beneficiários. Será feito, ainda, um levantamento quantitativo, através de amostra aleatória, com beneficiários do programa São Paulo Confia.

Os programas incluídos no projeto de pesquisa são:

- ✓ **redistributivos** (deverão ser objeto de relatório único conjunto, ou seja, o terceiro relatório da Carta de Acordo FAO/DIEESE, respondendo ao Termo de Referência *“Identificação das mudanças ocorridas com os beneficiários dos Programas Sociais da PMSP desenvolvidos pela SDTS, no âmbito do projeto Desenvolvimento Solidário”*): Bolsa Trabalho, Começar de Novo, Operação Trabalho e Renda Mínima;
- ✓ **emancipatórios**: Oportunidade Solidária e São Paulo Confia (quarto e quinto relatórios da Carta de Acordo FAO/DIEESE, respondendo ao Termo de Referência *“Identificação das mudanças ocorridas com os beneficiários dos Programas Sociais da PMSP desenvolvidos pela SDTS, no âmbito do projeto Desenvolvimento Solidário”*).

3.4 Leitura e sistematização do material disponível sobre os programas sociais

Esta etapa permitiu:

- ✓ a familiarização indispensável com os programas para elaborar o roteiro das entrevistas com os coordenadores (ver Anexo 1);

- ✓ a elaboração dos quadros-resumo dos programas que irão servir de referência para o trabalho de campo. Na versão dos quadros constante deste relatório (ver capítulo III), foram incorporadas também informações colhidas nas entrevistas.

3.5 Entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis pelos programas sociais envolvidos no projeto

Realizada nas próprias dependências da SDTS/PMSP¹ (exceção feita para o São Paulo Confia, realizada na sua sede do Brás) entre os dias 24 e 27 de fevereiro últimos, esta etapa foi fundamental para:

- ✓ abrir a discussão sobre o encaminhamento do processo de avaliação a ser realizado;
- ✓ estabelecer a interlocução entre a equipe responsável pela implementação dos programas sociais da SDTS/PMSP e a equipe do DIEESE responsável pela pesquisa, sem a qual seria impossível levar a bom termo o projeto;
- ✓ avançar a proposta inicial de trabalho, a partir de um conhecimento mais detalhado das etapas de funcionamento dos programas e das dificuldades inter e intra-etapas junto aos parceiros e junto aos beneficiários: cadastramento, seleção, inscrição, freqüência às atividades, conclusão e finalização da participação do beneficiário no programa, assim como o desafio das etapas pré-cadastramento e pós-desligamento do programa em cada distrito;
- ✓ elaborar o roteiro do grupo focal (GF) com coordenadores e assessores (ver Anexo 2);
- ✓ organizar um conjunto de questões que poderão constituir-se no embrião dos roteiros dos GFs específicos de cada programa, indicando perguntas que serão comuns e perguntas que serão específicas de cada programa;

¹ Participaram das entrevistas pelo DIEESE Marina Sidrim Teixeira, Sirlei Márcia de Oliveira e Ana Yara Paulino. Pelos programas da SDTS/PMSP: Dulce Helena Cazzuni – coordenadora do Bolsa Trabalho; Rosa Maria Alves de Almeida – coordenadora do Começar de Novo; Aleto José de Sousa – coordenador do Operação Trabalho; Ângela Maria Schwengber – coordenadora do Oportunidade Solidária e coordenadora executiva do Projeto Desenvolvimento Solidário; Ana Maria Medeiros da Fonseca e Márcia Paixão – respectivamente coordenadora e assessora do Renda Mínima; José Caetano Lavorato Alves, Roberto Vilela de Moura Silva e Almir da Costa Pereira, respectivamente, coordenador, subcoordenador e gerente executivo do São Paulo Confia.

- ✓ identificar as necessidades de reuniões específicas com os coordenadores dos projetos Desenvolvimento Solidário e Formação Cidadã para dialogar sobre o Projeto de Avaliação.

3.6 Reunião com membros das equipes de supervisão e de visitas domiciliares²

Necessidade surgida a partir das entrevistas, foi concretizada no último dia 24 de março e permitiu o primeiro contato com as pesquisas já realizadas por estas equipes: seu conteúdo, abrangência, universo de informantes e disponibilidade dos dados para incorporação ao processo de avaliação.

Destaque especial merece ser dado às pesquisas realizadas pela SDTS/PMSP com beneficiários dos programas redistributivos (com exceção do Operação Trabalho), inicialmente nos distritos de Capão Redondo, Lajeado, Iguatemi e Parelheiros e, numa segunda etapa, nos distritos de Jaçanã, Jaraguá, Cachoeirinha, Barra Funda, Bom Retiro, Pari, Brás, Sé, Cidade Líder, São Mateus, São Rafael, Cidade Dutra e Vila Andrade. As informações levantadas dizem respeito à identificação do beneficiário, às suas expectativas e ao seu grau de satisfação, à avaliação da incubação e à apropriação do conteúdo.³ Os dados da primeira etapa encontram-se digitados em *Statistical Package for Social Science* (SPSS) e os da segunda etapa encontram-se em fase de digitação.

Igualmente, merece atenção especial o trabalho de supervisão e avaliação dos cursos do Projeto Formação Cidadã, Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva no município de São Paulo – do convênio com a Unesco - com o objetivo de monitorar, retroalimentar e fortalecer as parcerias do projeto. Os dados já estão disponíveis e analisados.

² Participaram pelas equipes Marina Pacheco Puech, Jussara Dias e Maurício Assis Bandeira de Mello.

³ Entre a primeira e a segunda etapas da pesquisa o questionário foi reduzido de forma a restringir-se às informações que se mostraram mais relevantes e consistentes durante a sua primeira etapa de realização.

Na medida das possibilidades, o presente projeto de avaliação tentará incorporar informações levantadas por estas pesquisas em seu relatório final.

3.7 Realização de um grupo focal com coordenadores e assessores dos programas para definição de procedimentos comuns das pesquisas

O objetivo desta atividade, que teve lugar no último dia 25 de março, foi apresentar o planejamento do trabalho de avaliação no estágio em que se encontrava, discutir a relevância das decisões já tomadas para a viabilização do trabalho e discutir/decidir, neste fórum, os aspectos que ainda estavam por ser estabelecidos.

3.8. Elaboração do presente relatório

Este relatório objetiva a consubstanciação de uma proposta concreta de condução do processo de avaliação dos programas sociais da SDTS/PMSP, tentando situar, com a precisão possível, o sentido das opções feitas durante sua construção. Como bem disse Lucília Machado *“não é fácil promover a definição de estratégias teórico-metodológicas de avaliação das expressões de eficiência, eficácia e efetividade social de políticas públicas. (...) O mínimo esforço neste sentido mostrará que este tipo de investigação, mais do que outros do campo da pesquisa social, não está isento de implicações e engajamentos subjetivos. Esta é outra razão fundamental para que o pesquisador explicitar suas hipóteses de trabalho e decisões teórico-metodológicas com relação ao processo de avaliação. Seguramente, quaisquer que tenham sido suas intenções neste sentido, se o avaliador se propôs a fazer este trabalho é porque nutre a confiança de que os resultados a serem alcançados poderão inspirar, de alguma forma e em diferentes atores sociais, opiniões, decisões e intervenções relacionadas a esta política, o que vem demarcar sua intencionalidade e seu engajamento”* (MACHADO, 1999:94-95).

4. Objetivos da avaliação

Levar os beneficiários a refletir sobre os impactos dos programas e das atividades desenvolvidas sobre o seu cotidiano, tanto em termos de vida pessoal, quanto da vida familiar e comunitária.

Identificar as possíveis mudanças produzidas pelos programas da SDTS/PMSP, bem como os graus de necessidade das famílias e dos indivíduos que estão sendo atendidos pelos programas.

5. Questões centrais para investigação

- ✓ A percepção dos beneficiários dos valores centrais que norteiam a estratégia paulistana de inclusão social e de sua importância para a construção de uma nova visão de mundo;
- ✓ A percepção dos beneficiários sobre possíveis mudanças no seu cotidiano a partir da internalização destes valores;
- ✓ A satisfação dos beneficiários com sua participação nos programas, suas sugestões e críticas.

6. A metodologia de pesquisa proposta

Entre os diversos **tipos possíveis de avaliação** (“ex-ante”, monitoramento, de resultados, de impacto e participativa) optou-se pela **participativa** porque esta pode *“...ser utilizada em qualquer etapa do programa social. Incorpora a perspectiva das populações beneficiadas na análise de aspectos e problemas relacionados ao planejamento, execução e resultados do projeto. As avaliações participativas procuram superar algumas deficiências das abordagens tradicionais, abrindo canais de participação entre usuários e gestores”* (ADULIS,1999:2).

Entre as diferentes **abordagens** – qualitativas e quantitativas – o presente projeto de avaliação optou pela **mista**, com a incorporação de alguns dados quantitativos (primários e secundários), mas **com predominância de técnicas qualitativas** de pesquisa por permitirem *“o estudo de questões, casos ou eventos em maior profundidade, permitindo que o pesquisador conheça com maior riqueza as experiências estudadas. As desvantagens dessas abordagens seriam a impossibilidade de generalizar os resultados encontrados ou poder aplicá-los em outros casos, além do custo mais alto em relação às abordagens quantitativas. As pesquisas e avaliações qualitativas geralmente empregam métodos como estudos em profundidade, entrevistas abertas, oficinas, focus groups, observação direta, estudos de casos, pesquisa-ação e análise de documentos”* (ADULIS,1999:2-3).

Dentre estes **métodos/técnicas**, optou-se pela realização de **entrevistas do tipo semi-estruturadas** com um único respondente (**entrevista em profundidade**) e com um grupo de respondentes (**grupo focal**). *“Nas ciências sociais empíricas, a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada. (...) O primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que estas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. (...) A entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”* (GASKELL, 2002:64-65).

Tais escolhas são justificáveis por várias razões:

- ✓ permitem lidar com as diferentes temporalidades dos programas nos diversos distritos;
- ✓ priorizam, como pretendido, os beneficiários;
- ✓ priorizam, dentre os indicadores clássicos utilizados em processos de monitoramento e avaliação (cobertura, eficácia, eficiência e efetividade), a avaliação da **efetividade** entendida como a verificação da *“medida em que os resultados de um programa, em termos de*

benefícios ou mudanças gerados, estão incorporados de modo permanente à realidade da população atingida” (VALARELLI, 1999:5). “Nesse sentido, podem ser contemplados: a) os impactos⁴ subjetivos, que se referem às mudanças subjetivas na percepção da população sobre o seu bem-estar, seu nível de satisfação; b) os impactos objetivos, que são as mudanças quantitativas nas condições materiais de vida e c) os impactos substantivos, que dizem respeito também às mudanças nas condições materiais de vida, mas sob o ponto de vista qualitativo. O interesse na averiguação da efetividade pode se ampliar muito se ainda forem incluídas como objetivos as comparações entre: a) os resultados alcançados e os não alcançados; b) os resultados esperados e os inesperados; c) os resultados positivos e os negativos; d) os resultados imediatos e os de médio e longo prazos; os resultados para indivíduos e os resultados para grupos” (MACHADO, 1999:97);

- ✓ levam em conta a existência de um conjunto de informações quantitativas já levantadas e processadas pelas equipes da própria SDTS, quer em termos dos dados colhidos quando da inscrição da população nos programas sociais, quer de pesquisas por amostragem aplicadas junto à população de diversos distritos onde os programas já estão implantados. Tais dados, na medida do possível, pretendem ser incorporados à análise dos resultados das pesquisas qualitativas e quantitativas que o projeto de avaliação do DIEESE pretende levar a campo;
- ✓ enfatizam o Grupo Focal como técnica de entrevista qualitativa porque:
 - “É um ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam as suas próprias experiências e as dos outros” (GASKELL, 2002:77);
 - permite levantar informação qualitativa para a pesquisa, de forma que esta possa também representar um ganho pedagógico para os participantes envolvidos;
 - permite dar continuidade ao processo de reflexão e diálogo entre os participantes;
 - potencializa a grupalização e as interações grupais entre os participantes e suas comunidades e entre estes e os gestores do programa;
- ✓ utilizam a entrevista em profundidade igualmente privilegiando o grupo pois a unidade a entrevistar é a família.

⁴ Usualmente define-se **efeito** como “todo comportamento ou acontecimento que se pode razoavelmente dizer que sofreu influência de algum aspecto do programa ou projeto; efeitos são os resultados diretos do uso ou adoção dos produtos do projeto, são os resultados

É necessário ressaltar que a análise das informações colhidas nestes procedimentos qualitativos tem também algumas características específicas. Dentre elas, destaca-se a apresentação de citações selecionadas das falas dos participantes dos GFs e das entrevistas em profundidade, resguardando seu ritmo, preservando o tom coloquial da linguagem oral, as formas pessoais de expressão e suas contradições.

II PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DAS ENTREVISTAS COM AS COORDENAÇÕES

Como pode ser visto no Anexo 1, o roteiro que conduziu as entrevistas com os(as) coordenadores(as) dos programas foi dividido em 5 grandes blocos:

- ✓ **Dados gerais do programa:** nome; responsável na SDTS; início da execução; fonte de recurso além da PMSP; objetivos gerais e específicos; público-alvo (beneficiários diretos e indiretos); seleção dos beneficiários (divulgação, recrutamento e seleção efetiva); tempo previsto para a participação do beneficiário; pretensão de continuidade; estrutura gerencial (na SDTS e no distrito onde está implantado); centro de desenvolvimento local e solidário; parcerias (quais; para que etapas; avaliação); participação do beneficiário (se; em que fase; de que forma);
- ✓ **Inter-relação com outros programas da SDTS:** programa ao qual esteja mais intimamente ligado/integrado; avaliação do grau de integração que vem sendo alcançado; principais dificuldades para a integração efetiva; aspectos nos quais a integração foi obtida de forma mais fácil e por quê; idéias que gostaria de colocar em prática para melhorar a integração entre os programas; avaliação das reuniões e espaços reservados no cotidiano para promover a integração; dados da implantação e do funcionamento do programa;

*mais imediatos que idealmente deveriam equivaler aos objetivos específicos almejados” (CNEP,2003:25). Por outro lado, é usual definir **impacto** como “os resultados dos efeitos de um programa ou projeto” (CNEP,2003:26).*

- ✓ **Atual estágio do ciclo de vida do programa:** abrangência geográfica; distritos nos quais está funcionando; atual estágio de desenvolvimento das atividades em cada distrito; cobertura atual;

- ✓ **Acompanhamento do programa:** existência, na concepção do programa, de um sistema interno de monitoramento da execução (se vem sendo feito: com que critérios, com quais indicadores, com qual equipe; conta ou não com a participação dos beneficiários; existência de relatórios de resultados; incorporação dos resultados na retroalimentação da ação; os resultados têm permitido visualizar transformações na situação diagnosticada no marco zero; maneira como o monitoramento é visto pela equipe de execução); alcance das metas propostas pelo projeto; condições de sustentabilidade; expectativas com relação ao trabalho de pesquisa do DIEESE; principais fontes de informação para avaliar o programa; tipo de informações que mais faz falta para gerenciar o programa; informações que gostaria de obter com a pesquisa do DIEESE; metodologia e foco geográfico que acharia mais próprio para a pesquisa do DIEESE;

- ✓ **Fala livre do(a) entrevistado(a)** sobre algo que não lhe foi perguntado mas sobre que gostaria de ter falado:

A primeira coisa a assinalar é que os entrevistados foram, de um modo geral, receptivos à idéia da entrevista e do trabalho de avaliação, dedicando seu tempo e sua atenção para que os objetivos desta etapa fossem plenamente atingidos. Demonstraram também níveis prévios diferenciados de conhecimento quanto à vinda do DIEESE para a realização das pesquisas de avaliação e muita curiosidade com relação ao que seria de fato proposto. Todos, sem exceção, avaliaram positivamente a metodologia de planejamento adotada. Seria possível pinçar várias falas dando conta desta afirmação.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e meia e, uma vez transcritas, geraram 158 páginas digitadas. Em função dos objetivos do trabalho, este material foi trabalhado livremente, seguindo-se as seguintes orientações:

a) Reorganização do material coletado segundo o roteiro previsto: como sempre acontece com as entrevistas semi-estruturadas, pelo fato de os entrevistados terem uma razoável margem de liberdade para garantir a fluência da conversa, muitas vezes as respostas às indagações vêm em ordem diferente da inicialmente prevista. Esta etapa do trabalho realocou as respostas nos seus “devidos” lugares;

b) Aproveitamento das informações de forma sistemática para a construção dos quadros-resumo de cada um dos programas, de um modo geral, segundo os seguintes tópicos, sofrendo algumas variações de acordo com os programas:

- **Objetivos/Discriminação:** definição; objetivos gerais; objetivos integrados;
- **Contrapartidas e critérios de elegibilidade:** contrapartidas; critérios de elegibilidade; documentação exigida; público-alvo preferencial; prazo de permanência no programa;
- **Avaliação, acompanhamento e parcerias;**
- **Desafios e resultados.**

c) Levantamento dos principais aspectos abordados de forma recorrente nas entrevistas relevantes para a etapa de planejamento do projeto de avaliação. Alguns destes pontos são listados a seguir com algumas citações ilustrativas:

✓ **Tensão entre tempo de planejamento e tempo de realização dos programas:**

- *“É preciso fazer!”*
- *“Às vezes não dá para fazer depois o que não foi feito antes!”*
- *“Foi uma demanda do governo para que fosse rápida, urgente, talvez se a gente tivesse um pouco mais de tempo, tivesse sido um pouco mais lapidada e a metodologia de implantação também fosse um pouco melhorada... foi muito corrida.”*
- *“O tempo que você tem para planejar, para executar e não sei o quê, é um tempo muito pequeno, muito; esse é um grande problema. Mas, por um outro lado, a gente já avalia também que se não fosse desta forma, não se executaria nada, certo? Então têm os prós, e*

têm os contras, a gente vai ver no frígir dos ovos o que que vai vencer, se serão os prós ou serão os contras, porque você tá o tempo inteiro no fio da navalha.”

✓ **Nível insuficiente de sistematização das mudanças ocorridas nos programas e dos resultados das atividades de seu acompanhamento:**

- *“No primeiro ano, como a gente trabalhou apenas com parcerias, com as secretarias, então a gente não tinha nenhum tipo de acompanhamento, até porque era inviável você colocar isso ao mesmo tempo que milhões de ações. Ano passado, nós colocamos o que nós chamamos de acompanhamento, monitoramento, enfim faz visitas, vai lá, vê se tá acontecendo, se tá tudo o.k. e tal... No ano passado, foi feito ainda de forma bem incipiente, que a gente espera que este ano seja corrigida muita coisa, que a gente não conseguiu fazer ano passado... E nós temos uma ferramenta que acompanha a frequência, tá? (...) toda a entidade parceira, ela encaminha até dia “x”, a lista de presença, quem tá presente, quem tá doente, quem tá salvo, quem tem que sido cortado, enfim essa coisa toda.”*
- *“Na verdade a gente não tem muita coisa assim sistematizada ainda, a gente tem muito relatório, tem muita coisa produzida, mas assim, a gente tá num processo de sistematização disso agora.”*

✓ **A questão da construção da credibilidade dos programas junto ao público:**

“Somente em 2001, a gente não teve este problema. Acho que a população ainda não acreditava nisso.”

✓ **A preocupação de não ser assistencialista e de ser pautado realmente por critérios universais, não importando quanto isto possa parecer injusto às exceções.**

- *“Mas não há uma prorrogação individual, porque senão vai virar assistencialismo... Então o critério de prorrogação é (aquele) que justifique a capacitação, a implementação da capacitação dele ou daquele projeto, então você prorroga e produz.”*
- *“Até no cadastramento também a gente tem uma posição de coordenar no sentido de garantir que seja universal, que não haja é... como é que se fala?... é... clientelismo, que não haja*

nada que possa prejudicar a idéia de que todas as pessoas têm direito e podem chegar lá e ser atendidas.”

- *“(O) Estado brasileiro não está pensado para promover a inclusão socioeconômica das comunidades excluídas, não está pensado pra isso. Então os instrumentos de que ele dispõe não ajudam nisso. Eles são sempre periféricos, são sempre residuais. (...) eles não conseguem dar o salto de uma política assistencial para uma política de desenvolvimento porque eles são precários.”*

✓ **Política pública como direito – a importância de internalizar esta noção como única garantia da continuidade dos programas:**

- *“A nossa intenção é sedimentar essa política como um direito da população, porque, mesmo que ela esteja em lei, ou qualquer coisa, se você não criar isso como um direito, você não deixa. (...) Se você não criar uma política de conscientização dessa população, que é um direito enfim, uma coisa mais estruturada, não resolve. (...) A nossa idéia é que você deixe isto constituído como um direito e não... por que a lei o cara pode dizer, olha agora não tem recurso pra isso, então a lei existe mas ela tá na prateleira, né?”*
- *“A idéia é de que ele se mantenha. Porque a gente, ao longo do que permeia esses programas distributivos, quer é que a população se apodere disso, que considere isso um direito dela.”*
- *“(...) o programa, ele tá pensado do ponto de vista da política universal, de dar acesso com critérios, que quando você pensa: ‘não tem juízo’, você não julga do ponto de vista se ele merece ou se não merece. Para o usuário não é assim, porque ele sente a necessidade de contar a história dele. Ele tá acostumado a dizer: ‘eu preciso de outro’. Ele faz o juízo. Ele acha que tá injustiçado em relação ao outro, que na aparência tem casa e ele não tem, enfim, tem bens de consumo que ele não tem. E isso é uma coisa que efetivamente decepciona.”*

✓ **A questão da busca permanente da construção da cidadania e da recuperação da auto-estima dos beneficiários.** Este aspecto é o mais recorrente entre todos os aqui listados.

- *“Quando você lida com esse público excluído, ou você enxerga e percebe isso, ou você inclusive não vai ter o retorno que se espera. Se olhar esse negócio como operação de crédito, com a finalidade de obtenção de lucro, o Brasil vai perder a grande oportunidade de criar, de fato,*

não só um novo mercado, mas também promover essa cidadania, se não for encarado como um produto que carrega dentro de si a questão da cidadania, não vai atingir o objetivo. Nem um, nem outro.”

- *“Tem uma coisa, que é mais subjetiva, mas que talvez fosse interessante buscar: como isso repercutiu na auto-estima da família? (...) O que é que recebe na cidadania, como é que a pessoa se coloca como cidadão, tendo oportunidade de crédito? É porque às vezes o negócio não consegue evoluir muito, ele fica um pouco estável, quer dizer o crédito teria asegurado, não deixou baixar a renda, mas, ao mesmo tempo, só o efeito de obter um crédito, isso melhora a auto-estima. O cara se percebe como cidadão por ter acesso a uma oportunidade de crédito, eu acho que isso é importante...”*

✓ A importância dos Postos de Atendimento como unidade permanente próxima ao público-alvo e como embrião do Centro de Desenvolvimento local e solidário onde ele não existe:

- *“Sim. Se beneficiaria, facilitaria o atendimento do beneficiário. Hoje ele precisa se deslocar muito para buscar informação, às vezes eles telefonam, e está ocupado, eles não confiam na informação, eles se deslocam bastante, vêm até aqui para saber se foram selecionados, porque não basta um telefonema, ‘olha eu sou o fulano de tal, quero saber se fui selecionado, e por quê, se não fui’. Então a pessoa às vezes não tem todas as informações, só diz que não foi selecionado. Então, a pessoa não confia e vem até aqui para saber, outros mandam uma carta, mandam cartas para a prefeita. O que é muito comum isso, não é?(...) O Centro ajudaria no atendimento a essas pessoas, e também em possíveis atualizações de cadastro, eu tenho um cadastro de 151 mil pessoas, esses cadastro ele vai se desatualizando.”*
- *“Normalmente a gente tem o que nós chamamos de posto de atendimento, pra que o município não se desloque lá da periferia pra cá, nós mantemos um postinho de atendimento, que é em condições muito precárias, porque a subprefeitura dá um cantinho, ou uma unidade só de atendimento.”*
- *“Só uma coisa que a gente tem que lembrar também, aí já passada a seleção, é a instalação dos postos de atendimento, que não (es)tavam idealizados, lá na largada, né? Isso é importante (...) As pessoas têm o hábito ainda de querer atenção particular. E mais do que o hábito, existem necessidades. O sistema nem sempre tá redondinho. (...) Então, o volume*

de reclamações... os não selecionados, que a uma certa altura, nos 13 primeiros distritos receberam uma cartinha dizendo que não os selecionaram, eles tinham que bater em algum lugar. (...) Com a própria ajuda das secretarias descentralizadas, a gente entendeu a importância de instalar um posto de atendimento dos programas sociais, que na sua primeira fase era dos objetivos basicamente, mas se mantém até hoje e dando, inclusive, respaldo para o Oportunidade Solidária.(...) Esse posto de atendimento na verdade, vamos dizer, é um embrião. Lógico que o Centro de Desenvolvimento tem um outro objetivo e outras atribuições nessa lógica. (...) E, há um certo momento, quando o CDLS estiver de fato implantado, essa porta de entrada precisa permanecer, porque não vai aparecer lá só aquele que já tá idealizando o desenvolvimento local, a participação, enfim... ali aparece a reclamação (...).”

✓ Importância do governo local e da sociedade organizada para viabilizar a execução dos programas inclusive em função da estrutura enxuta da SDTS e do problema da mão-de-obra temporária alocada nos programas:

- *“É uma estrutura bastante enxuta, bastante modesta...”*
- *“Normalmente, a gente usa muito a estrutura que foi criada na ocasião que nós chamávamos de governo local, então o que é governo local? É o pessoal que tá lá da saúde, da educação, enfim, que estes jovens são clientes de outras políticas transversais nestas secretarias, então você usava da estrutura destas secretarias descentralizadas pra que esta informação chegasse (...).”*
- *“(...) como esta secretaria é uma secretaria muito enxuta, a gente viabiliza isso através de ações de sensibilização, de comprometimento mesmo das outras secretarias, assim de outras ações de governo.”*
- *“A questão da implantação desses programas tem que ser vista no geral. Quando o Márcio (secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade/PMSP) coloca que essa proposta é inovadora também no sentido de uma nova maneira de relacionamento na administração, é verdade. E acho que é um ponto fundamental, porque, se nós não tivéssemos uma integração, garantir uma integração com as outras secretarias, com as outras empresas municipais, outras instâncias do governo municipal, nós não teríamos feito nada. Então aqui é sempre bom uma secretaria enxuta, que apresentasse e desenvolvesse a sua*

proposta, não como uma proposta da secretaria, mas como uma proposta desta administração, deste governo.”

- *“Eu preciso criar uma cultura institucional. (...) é a possibilidade de isso seguir. Independente da gente. Agora, ao mesmo tempo no processo do trabalho, nós trabalhamos com situações que são insustentáveis, por exemplo, o povo do Operação Trabalho que dá a nossa cara executiva, é um facilitador pra essa estratégia de implantação na velocidade do tempo da política, do tempo técnico, do tempo de enraizamento (...).”*
- *“A gente funciona com pessoas que têm contrato temporário, e aí quando a pessoa fica afiada ela tem que sair. Então são dificuldades muito grandes que a gente tem, e precisam ser resolvidas porque, se não, você não deixa estrutura nenhuma. A gente quando sai, sai todo mundo e leva o programa junto. Então o grande problema aí seria como financiar por tempo indeterminado o contrato. Termina, aí a pessoa vai embora, e você não pode renovar.(...) Tem muita gente que era do Operação Trabalho, tem gente que era inscrito nos programas e que não tinha o perfil pra ser atendido, e a gente aproveita pra outras colocações.”*

✓ Dificuldade de verificação de frequência nas atividades do Programa Renda Mínima e na rede escolar:

- *“Temos uma dificuldade bárbara, que é fazer aquilo que é obrigação (responsabilidade) do Programa, que é o acompanhamento da frequência escolar. (...) Essa frequência tem nos torturado, porque na verdade nós estimamos a frequência, ou sabemos pela criança que ela largou a escola.”*

✓ A participação do beneficiário nas diversas etapas do ciclo de vida do programa ainda não se dá de forma satisfatória. Nas próprias atividades dos programas é preciso ampliar a possibilidade de escolha:

- *“Eu acho que ela (a participação) foi muito atrapalhada, desde o começo, até pelo nosso próprio histórico: o que a gente não conhecia, não sabia; conforme vai passando, você vai obtendo elementos pra você ir pensando e amarrando este tipo de coisa. (...) Precisa ser muito aprimorada! Eu acho que a gente começa a abrir este espaço, é muito interessante porque eles nos dão um feedback bastante importante. Nós já temos projetos, por exemplo, onde o jovem*

foi um bolsista, ele trabalhou com uma ação, e hoje a gente tá colocando esse bolsista de um outro lado para trabalhar com outro bolsista, então isso é uma sensação que não só nós temos, mas que entidades organizadas também têm. Então vamos preparar um 'x' número de bolsistas, pra que eles venham a trabalhar com essa entidade parceira e com outros bolsistas."

- *"No primeiro momento, foi muito pouco essa escolha, foi muito pouco feita. Era perguntada (a preferência) mas mesmo assim (o atendimento era) a partir da disponibilidade. E esse ano a gente imagina que a gente possa pelo menos fornecer um menu, tipo 'olha: tem este, este e este', e você possa, dentro desse, desse... e como os cursos são muito voltados para atividades comunitárias, aprendizado e entidades comunitárias, enfim, ainda que um seja muito parecido um com o outro, uns mais focados pra uma área, outros mais pra outra, mas muito semelhantes, eu acho que é super importante que ele possa fazer a opção."*
- *"Não. Até agora essa participação, é muito restrita, mas ela está no horizonte que a gente tem que fazer."*
- *"No programa como tal, não. Infelizmente. Esse, eu acho que é um desafio que fica. Agora é uma dificuldade que eu acho que ela é de origem. Por que eu acho que a forma da gente resolver isso seria criando conselhos de beneficiários dos programas, para eles fazerem na verdade um processo de controle social deste programas. A gente não está dando conta, na verdade. Tem um processo de não dar conta mesmo. Agora, de qualquer forma, do processo deles, organizativo deles, eles que são os donos. E, indiretamente, ainda que eles não saibam, que não estejam convidados oficialmente pra isso, eles tem participado do desenho do programa. Na medida em que a gente vai acompanhando, monitorando, vendo o que que está acontecendo, a retroalimentação acaba obviamente interferindo na definição do projeto. O feedback do processo é que tem de certa forma ajudado no redesenho do projeto. E não existe nenhuma definição de que eles não devam participar. O que não existe na verdade é uma ação neste sentido." (Entrevistado referindo-se à participação do beneficiário).*
- *"(...) de 3.200 pessoas que vieram nestes 7 meses instituir o programa, sem nenhum critério, sem nenhuma escolha, sem nenhuma opção de ter vindo, vieram porque era o que a gente ofereceu pra eles, 560 hoje estão fazendo parte de um empreendimento."*

✓ **Atenção necessária à adequação entre a criação de expectativas e a capacidade de atendimento:**

A solução que tem sido mais adotada é a incorporação dos distritos, ao longo do tempo, compatível com a capacidade de atendimento, levando em conta o ideal de universalidade do atendimento da população-alvo. Outra solução é limitar o período de cadastramento.

- *“Então temos que tomar cuidado entre a quantidade do público-alvo, com aquilo que nós podemos atender. Nós chegamos a um cálculo que nós poderíamos atender numa faixa de dez a doze mil pessoas por ano, se mantidos os níveis de orçamento. Para ter essa capacidade de atendimento e cadastrar 252 mil pessoas, seria gerar uma expectativa muito grande, e o programa seria visto pela expectativa não alcançada, e não pelo número de beneficiários. Então, nós cuidamos para que isso não acontecesse, fizemos uma divulgação de massa, em que o período de cadastro seria de quinze dias, dependendo dos casos, se tivessem muitas filas, a gente prorrogaria naqueles postos por mais uma semana no máximo.”*

✓ **Necessidade de trabalhar sempre, e mais, na ampliação da integração nos seus diversos níveis:**

Como foi dada grande ênfase a este ponto central na estratégia de implantação dos programas da SDTS, teve-se a preocupação de arrolar todas as principais idéias mencionadas pelos entrevistados no sentido de aprimorar a integração que avaliam como satisfatória em alguns casos e um desafio a vencer em outros casos (ver quadros-resumo). Os níveis mencionados foram:

- na própria SDTS (espaços de integração entre as equipes e mecanismos de integração entre os programas);
- com outras secretarias e
- com todas as instituições parceiras.

As principais idéias sugeridas para promover o aumento da integração foram:

Matricialidade: *“A administração pública deve estar baseada na matricialidade, se não houver uma matricialidade você tem um dispêndio muito grande de recursos e os seus resultados são minguados.*

Então, isso está sendo implantado aqui na prefeitura também, o Márcio (secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade/PMSP) tem dado essas aberturas e coordenado para a integração. Então a Operação Trabalho, ele interage com os outros programas distributivos, tanto é que os programas distributivos utilizam os beneficiários do Operação Trabalho para suas atividades de cadastro.”

Visibilidade dos diversos programas para o beneficiário: *“Uma outra idéia que é importante para essa matricialidade, e que eu tenho defendido bastante na secretaria, é que a secretaria tem que promover para o conjunto dos beneficiários a sua visibilidade. Então, os beneficiários do Renda Mínima, Começar de Novo, Bolsa Trabalho, São Paulo Confia, São Paulo Inclui, enfim, todos do Desenvolvimento Local, eles precisam conhecer todos os programas da secretaria, saber que tem possibilidade de acessar, e procurar. E também tem interface com outros programas, com outras políticas da prefeitura, de repente o conjunto de beneficiários pode ir às plenárias do orçamento participativo, defender os programas.”*

Mais tempo para a execução e maior simultaneidade temporal entre os programas: *“Eu acho que a gente tem uma lógica e tem uma estratégia, e aí a partir disso depende; é como aquele sujeito que cai do caminhão de mudança, e ele tem que correr atrás pro caminhão não sumir, né? Eu acho que é muito também em relação à própria circunstância, eu acho que foi tudo muito corrido, muito complicado, a implantação, a falta de tempo, de planejamento, enfim, tem uma série de coisas que dificultam. Eu acredito que essa coisa de atropelamento pro calendário, isso muitas vezes você está pautado em outros calendários, e não naquele que você tem como missão, o que dificulta bastante, não dá tempo de você fazer, ajeitar esta máquina, para que ela rode toda ao mesmo tempo, isso é um grande problema, e aí muitas vezes depois não dá para você voltar e catar e levar junto, fica difícil.”*

Integração dos públicos-alvo como forma de melhorar a execução dos programas: *“Muitas vezes tem gente do Começar (de Novo) e do Bolsa (Trabalho) junto na mesma turma, nós até procuramos trabalhar desta forma porque a gente viu que isso dá resultado, porque muitas vezes você trabalhar uma turma só com jovens, eles têm um comportamento, eles são mais indisciplinados, são mais difíceis de trabalhar, e se você coloca gente do Começar de Novo, muitas vezes há aquela troca de informação, e depois eles acabam meio que um colaborando com o outro, até mesmo*

na coisa das dificuldades que os mais velhos têm de entendimento, eles ajudam, acaba tendo aquele comprometimento entre as partes. Dá um equilíbrio maior, mais envolvimento da comunidade, dos problemas. É, exatamente, essa mistura sempre tem sido muito produtiva.”

“Você fica com um caso muito interessante em que você tem a maior parte dos beneficiários do Começar de Novo e tem três ou quatro pessoas que são do Bolsa Trabalho. Isso também tem mostrado para a gente que essa integração dos programas é muito benéfica. Os jovens do Bolsa Trabalho, dentro deste grupo, foram fazer a parte de iluminação, de cenário, de não sei o que, aprenderam a fazer isso e participaram da troca de serviços e os adultos foram participar mesmo da, digamos assim atuação...”

Integração pela utilização dos recursos do Banco de Dados Cidadão em combinação com a idéia já apresentada da visibilidade: *“Então nós temos todo um banco de dados, com todas as pessoas que já foram atendidas e através de instrumentos que a gente tem agora, como o São Paulo Inclui, que a gente não tinha quando a gente começou, esse programa não estava funcionando. A gente pode ver a questão da busca de vagas no mercado formal e o São Paulo Inclui tem uma outra função que é intermediação de empreendimentos. Isso serve também para fortalecer e a gente integrar melhor. (...) Que eu vejo assim: no sentido da certificação, de no sentido de complementação de capacitação, é no sentido de pegar esse ponto e ver como é que você pode tirar partido disso, desses dados que estão lá e aproveitar esses outros programas que estão estruturados e que na época não estavam. Não adianta a gente... naquela época não adiantava. Há dois anos atrás a gente não tinha este instrumento e agora a gente tem. Eu não acho justo a gente não buscar jogar, digamos assim, mostrar para essas pessoas que foram atendidas lá atrás que têm esses outros recursos agora. Então estabelecer um canal de comunicação com esses egressos, digamos assim, para que eles possam também não perder o contato e mostrar o que a gente está fazendo de novo. Tipo assim, o novo programa Começar de Novo, que é o Começar de Novo Emprego. Eu posso intensificar e buscar, dentro do próprio banco de dados, de pessoas que não foram selecionadas pro Renda mas que estão dentro do perfil desse outro programa. Então, eu posso criar um instrumento para informar as pessoas disso. Eu acho que esse também é papel da coordenação do programa. Uma divulgação.”*

Integração pelo objetivo comum mais geral dos programas: *“Na verdade, se você olhar os programas redistributivos, o objetivo deles é de alguma ... é, tem o da Bolsa Trabalho, da Renda*

Mínima que é mais pra elevação de escolaridade... mas os outros, eles têm de certa forma uma preocupação de reinserção no setor produtivo. De alguma forma autonomizar essas pessoas em relação aos benefícios pecuniários de renda.”

Integração versus complementação: *“Eu acho que têm algumas diferenças que talvez a gente tenha realmente que fazer ações que se complementem. Porque, aquilo que a gente inicialmente imaginava que seria muito encadeadinho, se mostrou na verdade com dinâmicas um pouco diferentes. Então, por exemplo, nessa questão do desenvolvimento local, não é em todos os locais que vai ser possível contar com uma ação do programa de desenvolvimento local pra atuar na complementação da ação do Oportunidade Solidária. Então, onde não vai ser possível isso, o que que a gente vai ter de fazer? Uma ação complementar do próprio programa fomentando redes locais, enfim, articulação com outras ações. De qualquer forma acho que há um movimento sempre no sentido de integrar.”*

Integração através da territorialização: *“Uma primeira reflexão em cima dessa integração é em relação aos redistributivos. Então a gente tem conseguido atingir beneficiários dos programas sociais no local. Um pouco sem querer. Mas não é sem querer. Porque a gente tá trabalhando no local certo, com a metodologia correta. (...) Então é na territorialização que a gente vai conseguir cruzar e beneficiar uma pessoa que tá recebendo uma bolsa. (...) Eu acho que a localidade é determinante nessa história. Então, a partir do momento que o Centro de Desenvolvimento Local tiver funcionando, ativo, é natural que a Central de Créditos consiga atingir o público que tá se conhecendo, que tá sendo beneficiado por outros programas da Secretaria. Então, a mudança de foco da nossa atuação que foi do 0800, numa ação distribuída na cidade inteira pra uma ação territorializada, ela vai ao encontro à articulação dos programas no território. Fora disso é muito difícil buscar um cadastro, ligar pras pessoas, visitar um em cada ponto da cidade, que não se conheceu... você não tem como fazer, é muito caro... (...) A gente tá reduzindo o tamanho das agências e aumentando o número de agências, com o mesmo número de agentes, a gente vai ter mais agências. Esse tem sido o movimento. E a gente tá indo pros bolsões de pobreza, pra locais dentro dos bolsões. Então, nessa estratégia, a gente tem escolhido lugares onde já existem os outros programas locais. Então, nesse sentido, existe uma intenção de cruzar lá no território. Então, em todos os lugares novos, a gente tá indo pros distritos onde já tão recebendo os benefícios.”*

d) Levantamento das principais expectativas com relação ao trabalho que o DIEESE vai realizar – dados indispensáveis para a formulação da proposta concreta das pesquisas e para servir de base aos roteiros dos GFs e entrevistas dos diversos programas.

Também aqui a utilização do material para este relatório restringiu-se à etapa do planejamento. Contudo, as entrevistas forneceram material que vai muito além, avançando na sugestão de temas indispensáveis aos roteiros dos GFs e das entrevistas com famílias e para o questionário, no caso do São Paulo Confia. Assim, servirá de bússola segura a ser consultada em todas as etapas do processo. A indicação mais preciosa para a elaboração do projeto foi a de que a pesquisa vai ter que lidar com quatro tipos de heterogeneidade: a regional; a das atividades desenvolvidas; a das parcerias e a temporal. Isto foi totalmente relevante e levado em conta quando da elaboração da proposta final, que tentou traduzir desejos em possibilidades e que, neste intento, também beneficiou-se dos encaminhamentos avançados pelos entrevistados e que encontram-se listados a seguir, por programa.

1. Operação Trabalho

- ✓ **Unidade de pesquisa:** As especificidades do programa vão justificar a criação de uma abordagem diferenciada em termos de unidade geográfica básica. Uma primeira reflexão já foi feita pelo coordenador do Programa Operação Trabalho sobre isto: *“O que nós podemos estar fazendo é identificar uma turma com o perfil mais mesclado para que seja o estudo de caso.”*

- ✓ **Tipo de entrevistado (beneficiários ou ex-beneficiários):** *“Podem ser ambos, né? Com ex-beneficiários, você vai demandar um tempo maior, vai ter que localizar, talvez você possa ajudar a analisar isso melhor do que eu, mas quando você faz a pesquisa com ex-beneficiário, para esse tipo de questão, acho que a resposta pode vir viesada, não sei se eu estou sendo preconceituoso. Quando você faz com o beneficiário, ele está mais voltado para a realidade do programa, então ele pode mostrar melhor os caminhos. O ex-beneficiário pode dizer: ‘olha o programa não é bom, por que*

ele me desligou'. Uma coisa que nós tomamos muito cuidado é baixar a expectativa do beneficiário. A nossa orientação, eu não sei se efetivamente lá na ponta sai exatamente como eu vou lhe falar, já a nossa orientação aqui é não criar expectativa e deixar claro para os beneficiários os limites para do programa. Quando você joga a expectativa lá em cima, e oferece pouco, as pessoas não avaliam por aquilo que você ofereceu, avaliam pelo que você não ofereceu. Então a gente tem muito cuidado com isso. Foi por isso que eu falei: 'não sei se eu estou sendo preconceituoso', talvez valeria a pena entrevistar. (...) Eu acho importante fazer com ex-beneficiários, só não sei o resultado. Fazendo com ex-beneficiário, a gente tem que levar em consideração os limites."

- ✓ **Possibilidades de avaliação entre a expectativa e o realizado e entre o possível e o realizado:** *"(...) sabemos que é limitado, uma coisa é você pegar pela lógica da expectativa do público-alvo e querer comparar o programa, você vai querer jogar o programa lá no lixo. A outra lógica é você mostrar, dentro da nossa limitação e dentro da realidade do programa, qual é o resultado. Então, tem que se fazer uma ponderação pelos dois lados."*

2. Bolsa Trabalho

- ✓ **Tipo de entrevistado:** *"Eu acho que o ideal seria, além de ouvir quem trabalha para os programas, teria que ouvir, os beneficiários dos programas, ouvir, o governo local que foi articulado, ouvir os parceiros do governo local, ou parceiros da própria secretaria, acho que teria que você ver todas as faces, porque com certeza cada um deles tem um viés, ou tem um olhar sobre estes programas."*
- ✓ **Tipo de metodologia:** *"Eu acho que eu prefiro, que seja uma metodologia mais abrangente, e que ela possa dar indícios, porque eu acho que, mesmo que você foque em um determinado local, em um determinado espaço... porque é muito heterogêneo o que é feito, as comunidades são muito heterogêneas, as atividades que foram feitas são muito heterogêneas; a gente pode até ter algum comparativo entre elas... (...) Eu imagino, que até porque a gente já sabe dos limites orçamentários, dos limites de tempo etc., etc....; é o que eu falo, é você focar melhor, é você ter um resultado melhor, do que você querer abraçar tudo, e não conseguir chegar a lugar nenhum. Eu acho que a gente tem*

que ter critérios claros em relação a isto, e não dá pra, tem que ter... eu gostaria de levantar milhões de outras coisas, mas não adianta.”

- ✓ **Unidade geográfica:** distrito ou distritos no caso de ser possível uma pesquisa quantitativa por amostragem como era desejo manifesto da coordenadora do Bolsa Trabalho.

3. Começar de Novo

A coordenação quer que a pesquisa se realize; listou uma série de questões que gostaria que a pesquisa levantasse e que serão retomadas quando da construção dos roteiros; quer ter como alvo os beneficiários/ex-beneficiários do programa; concorda com o distrito como unidade de pesquisa e conjeturou sobre possíveis critérios de seleção dos distritos, mas prefere discutir os detalhes quando uma proposta inicial estiver na mesa e em conjunto com os outros programas. *“(...)Teria que discutir com o coletivo.(...) Não, isso vai ser discutido com o Márcio (secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade/PMSP) participando, a Rosana (chefe de gabinete da SDTS), os coordenadores dos diversos programas. Porque a gente tem distritos em que estão todos os programas, e tem distritos em que só estão os redistributivos. Tem distrito que tem a Central de Crédito, enfim... é muito distrito. E agora a gente não pode considerar só o distrito, a gente tem que considerar uma subprefeitura.”*

4. Renda Mínima

- ✓ **Metodologia:** A coordenadora do programa sugere que, além dos grupos focais, sejam feitas entrevistas em profundidade com famílias e, em seguida, lista uma série de questões que gostaria de ver contempladas bastante centradas em quem detém o poder de decisão nas unidades familiares. *“Eu vou te dizer o que eu acho importante numa pesquisa qualitativa: que o universo seja o mais diferente possível. Que eu tenha mulheres com crianças, homens sem mulheres, diferentes faixas etárias com diferentes ocupações. O mais diferente possível...”*

✓ **Tipo de entrevistado:** *“Acho que seria muito relevante fazer com beneficiários”.*

5. Oportunidade Solidária

✓ **Tipo de informante:** *“Os beneficiários. O que que está acontecendo com os beneficiários, qual é o grau de satisfação deles, como é que eles compreendem? Porque, assim, a gente tem tido muito... nós nos apoiamos muito no trabalho das parceiras. Então a leitura que nós temos do grau de satisfação dos beneficiários é das parceiras, não é diretamente deles. (...) Do beneficiário direto é que eu tenho maior carência de informações. Uma grande dificuldade nossa de avaliação é com eles. Até por conta disso, porque nós não temos um espaço com eles diretamente, por eles não estarem participando diretamente (de Fóruns do Programa), essa é uma debilidade.”* Além do beneficiário, pensou também ser interessante ouvir os **monitores:** *“Talvez o que poderia ser interessante na instituição é o monitor. O monitor que tá lá diretamente no dia-a-dia (...).”*

✓ **Unidade geográfica de pesquisa:** Distrito. A coordenadora expõe alguns critérios para a escolha dos distritos e, ao ser informada de que disporia de muito tempo para isto, acrescentou: *“Talvez fosse legal se coincidissem com os (programas) redistributivos. E, aí, naturalmente, vai coincidir porque, onde nós estamos, é onde os redistributivos estão.”*

6. São Paulo Confia

A entrevista foi realizada com três pessoas - coordenador, subcoordenador e gerente executivo - e todas mostraram grande interesse na realização da pesquisa. A proposta inicial para este programa era de uma pesquisa quantitativa por amostragem com usuários/ex-usuários da Central de Crédito e este dado, juntamente com a característica diferenciada do programa, marcou a entrevista. Questões de interesse para a pesquisa já foram preliminarmente listadas. Foram mencionadas várias formas de acompanhamento do programa que já existem (auditoria, avaliação de qualidade do trabalho, conselho de administração e visitas do agente de crédito) e a pesquisa do DIEESE foi vista como complementar a este conjunto. Igualmente, o cronograma previsto ajustava-se às

necessidades do programa e o período entre os dias 5 e 20 de cada mês foi indicado como o mais favorável à coleta dos dados no campo.

- ✓ **Tipo de informante:** o próprio usuário e o negócio que ele desenvolve. *“O desenvolvimento do negócio é importante. Como que o crédito influi pro aumento da renda, o desenvolvimento do próprio negócio. Isso aí é o padrão, né? (...) um outro lado que tem tado muito em pauta aqui dentro, os próprios agentes observam, é o impacto na vida da pessoa. Não no negócio. O negócio é essencial, mas tem o impacto, por exemplo, a gente identifica mudanças em hábito alimentar. A gente identifica mudanças de padrão de consumo, que podem impactar na qualidade de vida. Eu acho que, se entrasse um pouco nesse assunto, a gente taria...”*

- ✓ **Abrangência geográfica:** *“A gente tem 14 agências. Poderia ser uma amostra. Talvez, com essa parte da amostra pudesse selecionar, não só uma amostra, e tirar aleatoriamente, mas selecionar clientes que pegaram crédito acima de 2 mil reais e aí fazer uma amostra aleatória. Entre mil e alguma coisa desse gênero...”*

III. QUADROS-RESUMO DOS PROGRAMAS INCLUÍDOS NO PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DO DIEESE

QUADRO-RESUMO DO PROGRAMA RENDA MÍNIMA (Início: abril de 2001)

Objetivos/Discriminação	Contrapartidas e critérios de elegibilidade	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios e resultados
<p>1. Definição</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Articulação do reforço da renda familiar ao estímulo à educação das crianças como opção estratégica de combate à pobreza. 	<p>1. Contrapartidas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assiduidade à escola para crianças e adolescentes. ▪ Retirada das crianças e adolescentes de situações de risco (ex.: trabalho nas ruas). 	<p>1. Avaliação e acompanhamento</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reuniões semanais da coordenação para informes. ▪ Recadastramento anual. ▪ Acompanhamento da frequência escolar (rede municipal). ▪ Acompanhamento via registro de evasão e repetência escolar (rede estadual). ▪ Reuniões com famílias para ouvi-las. ▪ Atividades culturais com famílias. ▪ Visitas domiciliares em áreas amplas para não caracterizar busca específica de imprecisões/falseamento de informações cadastrais. ▪ Rodadas de reuniões em muitos distritos para ouvir o que as famílias estavam pensando do programa (o que fazem com o dinheiro recebido). ▪ Banco de Dados Cidadão 	<p>1. Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover maior integração com os demais programas (descompasso em termos de entrada em campo). ▪ Relação com os outros programas do governo do estado/ e com o governo federal. ▪ Ausência de sistema de controle de frequência escolar na rede estadual. ▪ A cultura clientelista das ONGs. ▪ Transformar todo o grupo familiar em público-alvo do programa. ▪ Embate entre a tradição assistencialista e os critérios universais (exceções, atendimento mais personalizado, casos especiais, injustiça). ▪ Criar credibilidade e trazer a perspectiva do direito na relação com o poder público. ▪ Diversidade cultural: o caso das aldeias indígenas de Parelheiros. ▪ Compatibilizar as exigências do calendário político com o técnico. ▪ Poucos recursos humanos para a quantidade de trabalho que o programa exige. ▪ Contratos temporários, dificuldade de enraizamento. ▪ Baixo nível de sistematização das mudanças e do acompanhamento do programa. ▪ Tensão entre o tempo de planejamento, execução e avaliação. ▪ Funcionamento efetivo dos Centros de Desenvolvimento Solidário.

(continua)

Objetivos/Discriminação	Contrapartidas e critérios de elegibilidade	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios e resultados
<p>2. Objetivos gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a formação intelectual das crianças e dos adolescentes das famílias, assegurando-lhes instrumentos que ajudem a romper com o círculo de reprodução da pobreza. ▪ Complementar a renda das famílias de modo a atender as necessidades básicas de seus membros. ▪ Garantir a permanência e um bom desempenho das crianças e adolescentes na rede escolar, contribuindo para a redução da evasão escolar, da repetência e para elevação do nível de escolaridade. ▪ Reduzir o número de crianças em situação de rua ou que participam de atividades remuneradas, contribuindo para a erradicação do trabalho infantil. ▪ Melhorar a qualidade de vida das famílias. <p>3. Objetivos integrados</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Favorecer o ingresso de membros das famílias nos outros programas. ▪ Possibilitar o acesso dos membros das famílias à rede de informática, contribuindo para a diminuição da exclusão digital. ▪ Estimular a participação dos membros das famílias na vida comunitária, buscando alternativas coletivas para superação de dificuldades. 	<p>2. Critérios de elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter crianças de 0 a 15 anos. ▪ Residência em São Paulo há pelo menos 2 anos. ▪ Renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo. ▪ Atender às obrigações estabelecidas em Termo de Responsabilidade e Compromisso. <p>3. Documentação exigida</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comprovante de renda. ▪ Comprovante de residência. ▪ Comprovante da presença de crianças e adolescentes na faixa etária exigida. ▪ Comprovante de matrícula escolar. <p>4. Público-alvo preferencial</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Crianças e adolescentes. <p>5. Prazo de permanência</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Indefinido, o cadastramento é anual, cumpridos todos os critérios de elegibilidade e contrapartidas, a permanência no programa se dará até a idade limite. 	<p>2. Parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas municipais, secretarias municipais, PRODAM, UNESCO, Conselho Tutelar, Banco do Brasil, CEF, lideranças, entidades e instituições dos distritos, ONGs. 	<p>2. Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2001- 68 mil beneficiários distribuídos em 13 distritos. ▪ 2002- 193.365 beneficiários distribuídos em 37 distritos. ▪ 2003 – 164.352 beneficiários em 50 distritos.

Fonte: POCHMANN, 2002 e Entrevistas com coordenadores dos programas da SDTS/PMSP.

QUADRO-RESUMO DO PROGRAMA BOLSA TRABALHO (Início: abril de 2001)

Objetivos/Discriminação	Contrapartidas e critérios de elegibilidade	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios e resultados
<p>1. Definição</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Transferência de benefício monetário para jovens que participem de atividades complementares ao período escolar, postergando sua entrada no mercado de trabalho, o que em geral é privilégio de famílias com maior renda. 	<p>1. Contrapartidas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Permanecer estudando, no caso daqueles que não concluíram o ensino médio. ▪ Ter frequência igual ou superior a 85% na escola. ▪ Cumprir a carga horária fixada para as atividades de formação - 20 horas semanais, além do período escolar. 	<p>1. Avaliação e acompanhamento</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião de coordenadores, uma vez por semana. ▪ Fórum intersecretarial - reunião quinzenalmente, passou a mensal, atualmente não tem ocorrido. ▪ Integração informal entre secretarias, no patamar do primeiro escalão e no nível operacional, descentralizado. ▪ Acompanhamento incipiente: visitas, lista de presença encaminhada pela entidade parceira. ▪ Beneficiários respondem a um questionário, mas a participação dos beneficiários na avaliação é incipiente. ▪ Postos de atendimento pouco estruturados. 	<p>1. Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover maior integração com os demais programas, exceto Renda Mínima e Começar de Novo no qual esta já é forte. (O descompasso em termos de entrada em campo dificulta a integração). ▪ Poucos recursos humanos para a quantidade de trabalho que o programa exige. ▪ Conseguir mais parceiros com experiência e tradição de trabalho com jovens. ▪ Contratos temporários, dificuldade de enraizamento. ▪ Baixo nível de sistematização das mudanças e do acompanhamento do programa. ▪ Tensão entre o tempo de planejamento, execução e avaliação. ▪ Funcionamento efetivo dos Centros de Desenvolvimento Solidário. ▪ O embate entre a tradição assistencialista e os critérios universais (exceções, atendimento mais personalizado, casos especiais, injustiça). ▪ Criar credibilidade e trazer a perspectiva do direito na relação com o poder público. ▪ Criar uma estrutura que possibilite o diálogo entre bolsistas de cursos e distritos diferentes. ▪ Incorporação efetiva do beneficiário na avaliação do programa. ▪ Possibilitar ao beneficiário a opção pelo curso de sua preferência, não só de acordo com a disponibilidade. ▪ Dificuldades na divulgação do programa para possíveis beneficiários, ocorrência eventual de não-colaboração das secretarias estaduais. ▪ Apoio estrutural para os cursos, sobrecarga das secretarias, empresas municipais e “governo local”, necessidade de multiplicação de parceiros.

(continua)

Objetivos/Discriminação	Contrapartidas e critérios de elegibilidade	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios e resultados
<p>2. Objetivo Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferecer condições para que o jovem de baixa renda na faixa etária de 16 a 20 anos possa ampliar sua escolaridade, participando de atividades complementares ao período escolar, que estimulem o envolvimento com a resolução dos problemas locais, transformando-o no agente comunitário de transformação local. <p>3. Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferecer meios para que os jovens possam continuar vinculados à rede escolar. ▪ Propiciar-lhes uma capacitação adicional, não necessariamente direcionada ao mercado de trabalho, que inclua a perspectiva de cidadania. ▪ Potencializar a integração dos jovens aos seus bairros, através de atividades comunitárias. ▪ Melhorar as condições de vida dos jovens e de seu grupo familiar. <p>4. Objetivo preventivo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferecer meios para que os jovens não desistam de estudar. ▪ Oferecer meios para que na ausência de vagas no mercado de trabalho, os jovens não recorram a estratégias fáceis de ganhar a vida. ▪ Retirar o peso da responsabilidade por não ter como ajudar a família. 	<p>2. Critérios de elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter entre 16 e 20 anos. ▪ Estar estudando ou ter concluído o ensino médio. ▪ Não exercer atividade remunerada, estar desempregado ou não possuir rendimentos próprios. ▪ Residir em São Paulo há, no mínimo, dois anos. ▪ Pertencer a família cuja renda bruta familiar per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo mensal. ▪ Atender às obrigações estabelecidas em Termo de Responsabilidade e Compromisso. <p>3. Prazo de permanência</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A legislação prevê no mínimo 6 meses, podendo ser renovado até 2 anos, dependendo de avaliação e disponibilidade de recursos. <p>4. Atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ São oferecidos cursos de jardinagem, horta orgânica, fotografia, cuidador social e de lazer entre outros. ▪ O beneficiário não escolhe o curso, vai de acordo com a disponibilidade 	<p>2. Parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ UNESCO; secretarias municipais; empresas municipais – PRODAM, SPTRANS, CET, ONGs; entidades que trabalham com a faixa etária há anos e o programa potencializa ações que eram pequenas; sistema S; Banco do Brasil; CEF; FIAT; FAO. 	<p>2. Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2001 – 11. 796 beneficiários distribuídos em 13 distritos. ▪ 2002 – 38.965 beneficiários distribuídos em 37 distritos. ▪ A meta para 2003 é de 9.000 beneficiários, totalizando então 55 distritos atendidos, pois nos dois anos anteriores a cobertura já atingia 50 distritos. ▪ Integração satisfatória com os programas Renda Mínima e Começar de Novo. No caso do Começar de Novo, beneficiários participam de cursos do Bolsa Trabalho, criando integração entre mais jovens e mais velhos. ▪ Sistematizar a experiência desta política pública para jovens de forma que possa ser referência para outras iniciativas.

Fonte: POCHMANN, 2002 e Entrevistas com coordenadores dos programas da SDTS/PMSP.

QUADRO-RESUMO DO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO (Início: abril de 2001)

Objetivos/Discriminação	Contrapartidas e critérios de elegibilidade	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios e resultados
<p>1. Definição</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Transferência de benefício monetário para desempregados de 40 anos ou mais que participem de atividades de capacitação e aprendizagem oferecidas pelo programa, funcionando como estratégia de inclusão. 	<p>1. Contrapartidas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação, com a frequência necessária, nas atividades de capacitação e aprendizagem oferecidas. 	<p>1. Avaliação e acompanhamento</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O controle da frequência é de responsabilidade do agente parceiro, que envia a informação à secretaria. ▪ A supervisão é feita pela secretaria, de modo a garantir a execução do programa e o cumprimento das exigências da legislação. ▪ Visitas domiciliares para verificação de denúncias e aplicação de questionários. ▪ Aplicação de questionários para os beneficiários. ▪ Posto de atendimento. ▪ Encaminhamento de beneficiários analfabetos e/ ou com problemas de saúde (hipertensão, alcoolismo etc.) para secretarias de educação e saúde respectivamente. 	<p>1. Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição da idade mínima (40 anos), mas indefinição da idade-limite para o ingresso no programa. ▪ Conceito de desempregado - a legislação é omissa quanto à definição de desempregado. ▪ Articulação e integração específica com educação, saúde e SAS, para os encaminhamentos referentes a analfabetismo, doenças crônicas e benefício de prestação continuada da Lei orgânica da Assistência (LOAS). ▪ Visitas domiciliares - elaborar instrumentos e técnicas amostrais para as visitas ▪ Controle de frequência - formular um instrumento padrão e definir melhor prazos para a entrega de frequência. ▪ Acompanhamento das atividades. ▪ Necessidade de integração externa - efetivação de idéias concretas de integração com outros programas, por exemplo a partir dos cadastrados que não atenderam aos critérios de um programa, mas que caberiam bem em outro. ▪ Tensão entre o tempo de planejamento, execução e avaliação. ▪ Funcionamento efetivo dos Centros de Desenvolvimento Solidário. ▪ O embate entre a tradição assistencialista e os critérios universais (exceções, atendimento mais personalizado, casos especiais, injustiça). ▪ Criar credibilidade e trazer a perspectiva do direito na relação com o poder público. Criar uma estrutura que possibilite o diálogo entre bolsistas de cursos e distritos diferentes. ▪ Incorporação efetiva do beneficiário na avaliação do programa.

(continua)

Objetivos/Discriminação	Contrapartidas e critérios de elegibilidade	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios e resultados
<p>2. Objetivo geral</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição de novas competências e habilidades para a inclusão, bem como a aprendizagem em atividades de utilidade coletiva. ▪ Servir de instrumento de resgate da cidadania e da auto-estima. <p>3. Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferecer uma capacitação nova e adicional. ▪ Atuar sobre formas tradicionais de pobreza e exclusão (ex. analfabetismo). ▪ Estimular o espírito empreendedor, oferecendo formação e habilitação para a montagem de pequenos negócios. ▪ Assegurar o acesso a atividades de capacitação ocupacional ou comunitária de qualidade. ▪ Não trabalha com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho como objetivo primordial, seja por saber não ser possível (re)inserir todo esse contingente, seja porque a perspectiva de inclusão não se esgota no mercado de trabalho. 	<p>2. Critérios de elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter 40 anos ou mais de idade. ▪ Estar desempregado há 6 meses ou mais e não estar recebendo seguro-desemprego. ▪ Residir no município de São Paulo há mais de 2 anos. ▪ Pertencer a famílias cuja renda bruta familiar per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo mensal. ▪ Atender às obrigações estabelecidas em Termo de responsabilidade e compromisso. <p>3. Prazo de permanência</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A legislação prevê a duração de 6 meses, podendo excepcionalmente ser prorrogado, sendo o auxílio monetário reduzido para 50% do salário mínimo nacional. <p>4. Atividades</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação de agentes cuidadores de Idosos, Capacitação de agentes de lazer e recreação, Restauro e Encadernação, Capacitação de conservador de instalações. ▪ Temas agrupados em 3 módulos: saúde, meio ambiente e mercado de trabalho. ▪ Conteúdos sobre: drogas, sexualidade, corpo e auto-estima, planejamento familiar, gravidez; poluição ambiental, esgoto/lixo, doenças, controle de enchentes; autogestão, cooperativismo, terceirização, segurança no trabalho, postura pessoal/ profissional. ▪ Não ficou claro se os beneficiários escolhem os cursos que querem fazer ou se são encaminhados para as atividades do Módulo Específico. 	<p>2. Parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretarias municipais, empresas municipais (PRODAM, SPTRANS, CET), ONGs, instituições privadas e entidades locais; Banco do Brasil, UNESCO, FAO.. 	<p>2. Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2001 – 14.484 beneficiários selecionados, distribuídos em 13 distritos. ▪ 2002 – 27.468 beneficiários selecionados, distribuídos em 37 distritos. ▪ 2003 - 14.489 beneficiários selecionados, distribuídos em 55 distritos. ▪ Ótimo nível de integração com o Renda Mínima e o Bolsa Trabalho. Integração crescente com o São Paulo Incluir.

Fonte: POCHMANN, 2002 e Entrevistas com coordenadores dos programas da SDTS/PMSP.

QUADRO-RESUMO DO PROGRAMA OPERAÇÃO TRABALHO (Início: novembro de 2001)

Objetivos/Discriminação	Contrapartidas e critérios de elegibilidade	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios e resultados
<p>1. Definição</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Transferência direta de renda ao conjunto de desempregados, selecionados por cadastramento previamente realizado, associada à disponibilização de cursos, seminários e oficinas de capacitação ocupacional e de aprendizagem em atividades de utilidade coletiva, como medida de enfrentamento das condições de pobreza e da exclusão social. 	<p>1. Contrapartidas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver suas atividades junto aos órgãos de administração direta e indireta ou em outras instituições com as quais a SDTS estabeleça convênios ou parcerias cumprindo a frequência exigida. ▪ Jornada diária de no máximo 6 horas ou 30 horas semanais. 	<p>1. Avaliação e acompanhamento</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cada órgão público parceiro assina um Termo de Responsabilidade com a SDTS, visando a garantir o desenvolvimento, a alocação, a gestão, a manutenção e o acompanhamento da equipe de acordo com as regras definidas em legislação. ▪ A equipe do programa faz visitas domiciliares geralmente para conferir dados cadastrais (não está incluído no programa geral de visitas domiciliares). ▪ Pesquisa quanto às expectativas: parceiros levantam os tipos de cursos preferenciais e no final medem o grau de satisfação. ▪ Reuniões semanais de coordenadores. 	<p>1. Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O programa Operação Trabalho foi implantado posteriormente e não funciona no mesmo esquema dos demais programas distributivos, o que dificulta sua integração. ▪ A distribuição dos beneficiários não se dá por distrito. Diferentemente dos outros programas, utiliza indicadores individuais das pessoas. ▪ Diferente dos outros programas, o Operação Trabalho começou com um número de beneficiários amplo, o que dificultou a continuidade (de 11.895 beneficiários em 2001 para 818 em 2002). ▪ Tensão entre o tempo de planejamento, avaliação e realização. ▪ Baixo nível de sistematização das mudanças e dos acompanhamentos do programa. ▪ Funcionamento efetivo dos Centros de Desenvolvimento Solidário, o atendimento atualmente é centralizado, gerando necessidade de deslocamento dos beneficiários. ▪ Embate entre a tradição assistencialista e os critérios universais (exceções, atendimento mais personalizado, casos especiais, injustiça). ▪ Criar credibilidade e trazer a perspectiva do direito na relação com o poder público. ▪ Incorporação efetiva do beneficiário na avaliação do programa. ▪ Integração maior com os parceiros. ▪ Promover a visibilidade de todos os programas (inclusive de outras secretarias) para o conjunto de beneficiários para que acessem os que lhes interessam. ▪ Aprimorar a noção de matricialidade.

(continua)

Objetivos/Discriminação	Contrapartidas e critérios de elegibilidade	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios e resultados
<p>2. Objetivos gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceder atenção especial ao desempregado de longa duração, mais precisamente aquele com tempo superior a 8 meses, com baixa renda familiar e pouca escolaridade. ▪ Valorizar as habilidades básicas acumuladas pela vida laboral pregressa, assim como conceder um tratamento social e cidadão a quem se encontra excluído pelo desemprego. ▪ Proporcionar o contato do cidadão com uma instituição ou setor formal capaz de gerenciar a combinação de atividades de capacitação e de aprendizagem em utilidade coletiva, resgatando assim a experiência mínima necessária para enfrentar novamente o mercado de trabalho. ▪ Retomar a rotina de trabalho. <p>3. Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Enfrentamento da condição depressiva que marca a força de trabalho que vive na condição de quase exclusão do mercado de trabalho. ▪ Resgatar a natureza cidadã, negando a concepção assistencial e utilitarista. ▪ Recuperar a cidadania e a auto-estima por intermédio de ações de capacitação ocupacional e de aprendizagem em atividades de utilidade coletiva. 	<p>2. Critérios de elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estar desempregado há 8 meses ou mais. ▪ Residir no município de São Paulo há mais de um ano. ▪ Ser maior de 18 anos. ▪ Renda familiar per capita menor ou igual a meio salário mínimo mensal. ▪ Atender às obrigações estabelecidas em Termo de Compromisso e Responsabilidade <p>3. Público-alvo preferencial</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desempregados de 21 a 39 anos (porém, não está descartada a participação de menores de 21 ou maiores de 39, desde que não acumulem benefícios de outros programas redistributivos). 	<p>2. Parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Órgãos municipais: ARs, CET, SPTRANS, ANHEMBI, SAS, SMC, SMS, SEHAB, COHAB, PRODAM, SF, SEME, SMNE, IPREM, Governo Eletrônico, Serviço Funerário, SGP, SME e São Paulo Confia. ▪ Cada órgão público desenvolve atividades com o conjunto de beneficiários em conformidade com a localização de seus equipamentos, distribuídos pela cidade. ▪ A equipe do programa gerencia e os parceiros executam. É elaborado um plano de trabalho em conjunto que prevê atividades práticas, capacitação teórica e prática. ▪ Caixa Econômica Federal. ▪ Banco do Brasil. ▪ UNESCO. ▪ ONGs. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sintonia maior com a capacitação, criar um instrumento que identifique uma proposta adequada de capacitação. ▪ Equipe pequena e limitada para promoção de todas as articulações políticas potenciais. <p>2. Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2001 – 11. 895 beneficiários atendidos ▪ 2002 – 818 beneficiários atendidos ▪ 2003 – previsão de 3.000 beneficiários ▪ Interface com os outros programas redistributivos: principalmente fornecimento de mão-de-obra para o cadastramento. ▪ Interface com os programas emancipatórios, principalmente Oportunidade Solidária mas também o São Paulo Confia. ▪ Interface com os programas do terceiro eixo, principalmente capacitação e São Paulo Inclui. ▪ Atendimento significativo a egressos do sistema penitenciário. ▪ Abandonos por problemas de dependência química (dependência química aparece como um problema significativo entre os beneficiários).

(continua)

Objetivos/Discriminação	Contrapartidas e critérios de elegibilidade	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios e resultados
	<p>4. Critérios de seleção/ prioridades</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior tempo de desemprego. ▪ Ser morador de rua em processo de reinserção social. ▪ Menores faixas de renda bruta familiar per capita. ▪ Menor grau de escolaridade. ▪ Famílias com filhos e/ou dependentes com idade até 23 meses em estado de desnutrição. ▪ Famílias monoparentais. ▪ Famílias com maior número de filhos e/ou dependentes. ▪ Famílias com dependentes idosos e/ou portadores de necessidades especiais. ▪ Famílias com filhos e/ou dependentes sob medidas específicas de proteção socioeducativa. ▪ Condições de moradia. ▪ Portadores de necessidades especiais. ▪ Egressos do sistema penitenciário. <p>5. Prazo de permanência</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo de 3 meses e máximo de 9 meses. 		

Fonte: POCHMANN, 2002 e Entrevistas com coordenadores dos programas da SDTS/PMSP.

QUADRO-RESUMO DO PROGRAMA OPORTUNIDADE SOLIDÁRIA ⁽¹⁾ (Início: agosto de 2001)

Objetivos/Discriminação	Avaliação e acompanhamento	Parcerias e resultados	Desafios
<p>1. Objetivo geral</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Impulsionar as práticas de economia popular solidária e empreendedorismo popular, articulando o máximo de instrumentos e agentes que possam contribuir para a emancipação e autonomia dos grupos para seguirem seu processo de organização, desenvolvimento e consolidação independente da vontade do governo em exercício. <p><i>(1) O Programa Oportunidade Solidária tem interface com o Projeto Desenvolvimento Solidário: geração de ocupação e renda no município de São Paulo, um convênio de cooperação técnica internacional com a ONU/FAO.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Supervisão e monitoramento dos projetos acordados de incubação feitos pela equipe do programa e instituições parceiras, pela Coordenação geral, coordenação do programa e núcleos responsáveis pelo acompanhamento para aperfeiçoar a metodologia na área de gestão e organização de empreendimentos, estratégias de inserção no mercado, qualidade de vida, administração e finanças. ▪ Equipe de gerenciamento de projetos faz o controle de frequência, busca espaços para a incubação, formação e capacitação. ▪ Reuniões mensais de coordenação com as instituições parceiras. ▪ Seminários temáticos para os monitores dessas instituições parceiras. ▪ Comissões temáticas que dialogam com as instituições parceiras. ▪ Processo permanente de avaliação, sistematização e reavaliação. ▪ Cadastramento dos empreendimentos. ▪ Reunião semanal de coordenadores de programa, chefes de gabinete, assessoria de comunicação e assessoria política com Márcio Pochman (secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade/PMSP). ▪ Visitas domiciliares para medir o grau de satisfação dos beneficiários. ▪ Questionários aplicados junto aos beneficiários e monitores. 	<p>1. Parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ FAO/ONU, que por sua vez, constituiu parceria com várias instituições: incubadoras universitárias, ONGs e instituições de classe. <p>2. Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2001 – 4.200 beneficiários distribuídos em 7 distritos. ▪ Atualmente – 12 mil beneficiários distribuídos em 34 distritos. ▪ 560 empreendedores participando de 34 empreendimentos coletivos e 100 individuais. ▪ Forte integração com os programas redistributivos. 	<p>1. Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração com os programas de desenvolvimento local e emancipatórios ainda incipiente. ▪ Transformar o programa de portaria em lei para garantir minimamente a sua continuidade. ▪ Funcionamento efetivo dos Centros de Desenvolvimento Solidário, o que daria suporte aos empreendimentos no período pós-incubação. ▪ Adaptar as metodologias de incubação existentes à realidade dos beneficiários do programa. ▪ O problema da inserção no mercado e da sobrevivência do empreendimento. ▪ A questão do formato do empreendimento: quando não é possível constituir cooperativa, que outra forma jurídica associativa podem ter os grupos? ▪ A dificuldade em desenvolver laços de confiança e solidariedade quando a realidade não colabora. ▪ A questão da interferência: adequar o desejo a possibilidade (empreendimentos sem viabilidade econômica). ▪ Maior integração com a Central de Crédito que possui metodologia diferente, atende negócios pré-existentes. ▪ Incorporação efetiva do beneficiário na avaliação do programa. ▪ Limitações impostas pelas legislações federais e estaduais e até municipais. ▪ O investimento público ainda é insuficiente

(continua)

Objetivos/Discriminação	Avaliação e acompanhamento	Parcerias e resultados	Desafios
<p>2. Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Capacitação e assessoria para aperfeiçoar a gestão, os produtos e/ou serviços e para encontrar nichos de mercado, além de estimular a constituição de redes. Fórum e outros tipos de representação coletiva de empreendedores populares que os fortaleçam socialmente. ▪ Formação para a autogestão popular. ▪ Assessoria e assistência para a organização dos empreendimentos. ▪ Capacitação técnica para o desenvolvimento da atividade prevista. ▪ Incubação de tecnologias para o desenvolvimento social. ▪ Comercialização, mercados e estratégias de demanda. ▪ Geração de laços de confiança mútua, de desenvolvimento pessoal. ▪ Desenhar uma política pública de economia popular solidária para a cidade de São Paulo. <p>3. Módulos e conteúdos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento humano- identidade e integração. ▪ Desenvolvimento social- realidade socioeconômica local e global, cidadania e habilidades ocupacionais. ▪ Desenvolvimento econômico- economia solidária, viabilidade e sustentabilidade, formação e incubação de empreendimentos. 	<p>2. Público-alvo preferencial e duração do curso</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Beneficiários dos programas redistributivos, mas não exclusivamente estes. ▪ Os beneficiários dos programas redistributivos interessados na proposta do Oportunidade Solidária são encaminhados para a capacitação. ▪ O curso tem o tempo duração de 10 meses - entre capacitação, pré-projeto do empreendimento e incubação. 		

Fonte: POCHMANN, 2002 e Entrevistas com coordenadores dos programas da SDTS/PMSP.

QUADRO-RESUMO DO PROGRAMA CENTRAL DE CRÉDITO POPULAR – SÃO PAULO CONFIA (Início: setembro de 2001)

Objetivos/Discriminação	Critérios de elegibilidade, linhas de crédito e público-alvo	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios
<p>1. Objetivo geral</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilitar o acesso ao crédito àqueles que, em virtude de sua fragilidade econômica, têm dificuldade de obter recursos financeiros para responder às suas necessidades, embora existam recursos disponíveis do sistema financeiro para a parcela da população de melhor poder aquisitivo. 	<p>1. Critérios de elegibilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ As linhas de crédito oferecidas são destinadas a atividades produtivas (comércio, indústria e serviços) ou reforma ou construção de imóveis, localizadas dentro do município de São Paulo. ▪ Não há linhas de crédito para consumo nem para pagamento de dívidas. ▪ crédito pode ser usado para: financiamento de capital de giro; ampliação e reforma de instalações; compra de máquinas, veículos e equipamentos para o negócio; construção ou reforma da casa própria. ▪ Das 3 linhas destinadas ao crédito produtivo: <ul style="list-style-type: none"> (a) uma foi definida como política de incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas para o conjunto das famílias participantes dos programas sociais distributivos de renda. Exigências: não ter nome protestado no SPC/Serasa, ter plano de negócio no caso de novo empreendimento e ser beneficiário de algum dos programas; (b) a segunda para incentivar a formação de cooperativas. Exigências: ter renda familiar até R\$2.000; (c) a terceira para o financiamento tradicionalmente oferecido aos empreendedores já estabelecidos no município há mais de 6 meses. Exigências: não ter nome protestado no SPC ou Serasa, ter um negócio há pelo menos 6 meses. ▪ Grupos solidários: nova modalidade de obtenção de crédito em conjunto. São grupos de empreendedores dos locais mais pobres que não têm condição de pagar o empréstimo individualmente 	<p>1. Avaliação e acompanhamento</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Auditoria interna via questionário e checagem de dados. ▪ Auditoria externa independente semestral. ▪ Avaliação do conselho de administração. ▪ Visitas aos clientes (semanal ou mensal). ▪ Cadastro via 0800. ▪ Escritório central de administração e unidades de operação. ▪ Reunião de coordenadores semanal de caráter operacional. ▪ Planejamento estratégico. <p>2. Parcerias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ DIEESE – parceiro de notório saber, sociedade civil. ▪ Centrais de trabalhadores (CUT, CAT, CGT, CGTB, SDS). ▪ Setor empresarial (Banespa e Cives). ▪ Bancos públicos (BB e CEF). ▪ Prefeitura de São Paulo 	<p>1. Desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver estratégias e novos produtos de crédito para alcançar em grande escala os mais pobres entre os empreendedores populares, bem como para incentivar a constituição de cooperativas e associações autogestionárias, promovendo a geração de trabalho e renda para um maior número de cidadãos, numa estratégia articulada especialmente com o programa Oportunidade Solidária. ▪ Manutenção de uma estrutura necessária para o atendimento, uma estratégia de operação que proporcione o acesso ao maior número de empreendedores, e ao mesmo tempo a busca da auto-suficiência da instituição. ▪ Estar integrado com outras políticas públicas e com as iniciativas de desenvolvimento local em cada região da cidade. ▪ Parceria com um programa público de capacitação e acompanhamento para os empreendedores que inclua a educação para o crédito. ▪ Aprimorar a noção de matricialidade.

(continua)

Objetivos/Discriminação	Critérios de elegibilidade, linhas de crédito e público-alvo	Avaliação, acompanhamento e parcerias	Desafios
<p>2. Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir com a emancipação econômica dos pobres, funcionando como componente de uma estratégia de inclusão social. ▪ Integrar e articular múltiplas linhas de microcrédito orientadas para diversas necessidades de cooperativa e de micro e pequenos empreendedores formais ou informais sem acesso ao sistema de financiamento disponível no mercado. ▪ Reconhecer e valorizar as micro e pequenas atividades geradoras de trabalho e renda, concedendo condições favoráveis de acesso ao microcrédito como um direito básico de cidadania, especialmente como uma política direcionada ao combate à pobreza, à desigualdade de renda e ao desemprego, potencializando o desenvolvimento local 	<p>2. Linhas de crédito</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Para ampliação de micro e pequenos negócios. ▪ Para participantes dos programas redistributivos sociais da prefeitura. ▪ Para novos negócios de cooperativas. ▪ Para construção ou reforma de moradia (parceria com a CEF). ▪ Para ampliação de micro e pequenos negócios (parceria com o Banco do Brasil- PROGER). <p>3. Público-alvo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Beneficiários dos outros programas são atendidos com taxas de juros diferenciada (RM, BT, CN, OT, PDS). Podem vir diretamente ou através do Oportunidade Solidária. ▪ Público em geral que satisfaça as exigências das linhas de crédito. 		

Fonte: POCHMANN, 2002 e Entrevistas com coordenadores dos programas da SDTS/PMSP.

IV RESULTADOS DO GRUPO FOCAL COM AS COORDENAÇÕES E ASSESSORIAS DOS PROGRAMAS SOCIAIS

A realização de um grupo focal com os coordenadores dos diversos programas da SDTS/PMSP estava prevista desde o início do planejamento e havia sido considerada bem vinda por todos eles quando consultados sobre o assunto na fase das entrevistas individuais.

No agendamento do Grupo Focal, ficou acertado que o Oportunidade Solidária não poderia estar representado em função da realização, na mesma data, de um evento interno ao programa que mobilizaria não somente a sua coordenação como também toda a equipe.

O Grupo Focal contou com os seguintes participantes: pelo DIEESE Marina Sidrim Teixeira; Ana Yara Paulino; Sirlei Márcia de Oliveira; e pela coordenação dos programas sociais da SDTS/PMSP estiveram presentes Dulce Helena Cazzuni e Luiz Alberto Mansur Szajubok – respectivamente coordenadora e subcoordenador do Bolsa Trabalho; Rosa Maria Alves de Almeida e Jussara Dias – respectivamente coordenadora e subcoordenadora do Começar de Novo; Aleto José de Sousa – coordenador do Operação Trabalho; Ana Maria Medeiros da Fonseca e Márcia Paixão – respectivamente coordenadora e assessora do Renda Mínima e Roberto Vilela de Moura Silva subcoordenador do São Paulo Confia.

O objetivo do GF era o de apresentar o planejamento do trabalho de avaliação no estágio em que se encontrava, discutir a relevância das decisões já tomadas para a viabilização do trabalho e discutir/decidir neste fórum os aspectos que ainda estavam por ser estabelecidos.

Nas palavras da relatora, endossadas pela facilitadora e pela observadora, *“houve muita boa vontade geral para que a reunião discorresse com objetividade, todos tentando ao máximo expor suas opiniões com clareza, para o processo de pesquisa/avaliação avançar.”*

Em função das especificidades dos objetivos do GF, a moderadora optou por apresentar as questões a serem discutidas (e, de preferência, solucionadas no GF) através de transparências (ver Anexo 2) que historiavam o processo de planejamento das pesquisas, colocavam os limites e as soluções propostas para superá-los, tentando ao máximo fazer a ponte entre os desejos e as necessidades de informação expressos nas entrevistas e a sua viabilização possível, considerando os recursos humanos, materiais, financeiros e de tempo disponíveis para a realização do trabalho.

Algumas decisões já haviam sido tomadas a esta altura do processo de planejamento. Algumas delas já sinalizadas desde o texto do projeto de avaliação aprovado pela SDTS e financiado pela FAO e outras construídas ao longo do processo com a participação decisiva dos próprios coordenadores dos programas. O histórico do processo, bem como as justificativas das opções feitas ao longo dele, encontram-se na introdução deste relatório.

Foram as seguintes as decisões apresentadas aos participantes do GF para contextualizar as que seriam tomadas em conjunto naquele coletivo:

- ✓ **Tipo de avaliação:** participativa.

- ✓ **Objetivos da avaliação:** levar os beneficiários a refletir sobre os impactos dos programas e das atividades desenvolvidas sobre o seu cotidiano, tanto em termos de vida pessoal, quanto da vida familiar e comunitária; identificar as possíveis mudanças produzidas pelos programas da SDTS/PMSP, bem como os graus de necessidade das famílias e dos indivíduos que estão sendo atendidos pelos programas).

- ✓ **Questões centrais a que se propõe investigar:** a percepção dos beneficiários dos valores centrais que norteiam a estratégia paulistana de inclusão social e de sua importância para a construção de uma nova visão de mundo; a percepção dos

beneficiários sobre possíveis mudanças no seu cotidiano a partir da internalização destes valores e a satisfação dos beneficiários com sua participação nos programas, suas sugestões e críticas.

- ✓ **Metodologia** mista com predominância da qualitativa para as pesquisas dos programas Bolsa Trabalho, Começar de Novo, Operação Trabalho, Oportunidade Solidária e Renda Mínima. Levantamento quantitativo por amostragem para a pesquisa do São Paulo Confia.
- ✓ A **unidade geográfica** das pesquisas seria o distrito, com exceção do Operação Trabalho que fez seu cadastramento e operacionalização de maneira diversa e plenamente justificada.
- ✓ Para cada programa o campo seria realizado em **2 distritos**.
- ✓ Dentro da metodologia qualitativa, a opção pelas técnicas de **Grupos Focais (GFs)** e de **entrevistas semi-estruturadas**.
- ✓ Cada programa que seria objeto de pesquisa qualitativa poderia optar por **2 GFs em cada distrito selecionado** ou **1 GF e 2 entrevistas em profundidade com 2 famílias em cada distrito selecionado**.
- ✓ A **seleção dos participantes dos GFs** será feita de forma a garantir o máximo de heterogeneidade na composição dos grupos quanto a sexo, idade, etnia (cor), nível de instrução etc. Igualmente, **a seleção das famílias a serem entrevistadas** será feita de forma a garantir o máximo de heterogeneidade de tipos de família (monoparentais, biparentais, com “chefia” feminina, masculina etc.), número de filhos, idade, tempo de participação no programa etc.

- ✓ Cada GF teria em média 12 pessoas, nunca excedendo 14 e só chegando a este número em caso de comprovada necessidade de representação da diversidade do público que ele pretende representar.
- ✓ Todos os participantes dos GFs e das entrevistas responderiam a uma pequena **ficha socioeconômica** com dados básicos de perfil como, por exemplo, sexo, idade, cor, religião, estado conjugal, naturalidade, condição de atividade, renda no último mês e algumas poucas outras consideradas relevantes pelos programas como, por exemplo, se é titular de benefício de outro programa social da SDTS, se outro membro da família é beneficiário deste ou de outro programa etc.
- ✓ Os 4 programas redistributivos seriam objeto de pesquisa no período de 7 de abril de 2003 a 7 de agosto de 2003, tendo seus trabalhos de campo em separado (com duração média de 3 semanas cada) e ficando o último mês reservado à análise dos dados e à redação de um único relatório de resultados.
- ✓ Quanto aos programas emancipatórios, seriam tratados em separado no período de 7 de junho a 7 de outubro.

Quanto ao conjunto de questões a serem decididas no GF ou em discussão interna dos coordenadores a partir dele, era o seguinte:

- ✓ Uma vez definido o período em que as pesquisas seriam realizadas, como encaminhar o trabalho levando em conta o problema das diferentes temporalidades dos programas nos diferentes distritos?
- ✓ Quais seriam os informantes preferenciais para participar dos GFs: beneficiários e/ou ex-beneficiários, monitores ou outro tipo de membros das instituições parceiras, famílias?
- ✓ Uma vez definidos os tipos de informantes, quais os temas em comum aos diversos programas que deveriam compor a parte comum dos roteiros dos GFs?

- ✓ As pesquisas deveriam ser realizadas em 2 distritos em comum a todos os programas redistributivos ou cada programa selecionaria 2 distritos que julgasse mais pertinentes ao seu caso específico? Em ambas as situações: quais seriam os critérios para a seleção dos distritos a pesquisar? Critérios possíveis levantados para disparar o debate: ter tido pesquisa quantitativa anterior, antiguidade dos programas, estágio de desenvolvimento do programa, existência de dificuldades especiais, maior proporção de beneficiários etc.

Como as decisões/questões foram apresentadas de maneira intercalada, o debate também foi entrecortado de maneira a possibilitar que as decisões fossem sendo tomadas paulatinamente, em clima de tranquilidade em que todos tivessem oportunidade e espaço para expor suas opiniões (sendo estimulados pela facilitadora) ainda que isto tenha ocorrido em diferentes intensidades de acordo com as características individuais dos participantes como de resto sempre ocorre em qualquer tipo de fórum.

Ao longo do GF alguns pontos levantados nas entrevistas foram sistematizados em uma transparência e sua importância foi reafirmada pelos participantes agora como encaminhamento de possíveis questões para os roteiros e para a ficha socioeconômica. Entre estes aspectos vale ressaltar:

- ✓ a questão da auto-estima dos beneficiários; a questão da incredulidade e da desinformação dos beneficiários diante dos programas norteados por critérios universais e de políticas públicas encaradas como direito; o mito de quem deve ser o beneficiário responsável, ou seja, em nome de quem sai o cadastro e o cartão e a implicação disto no contexto das relações familiares; as questões de gênero no seio das famílias e nos programas; outras questões culturais presentes no relacionamento dos beneficiários/candidatos a beneficiários e os programas com ênfase especial na “cultura da fila”; situação de mesma titularidade para diversos programas; situação de diferentes titularidades na mesma família; a idade do titular; o impacto dos programas na vida das pessoas: como eram suas vidas antes desse programa? O que mudou em suas vidas depois desse programa? A possibilidade dos beneficiários construírem uma

rede de relações novas a partir de sua participação nos programas. O grau de satisfação nas parcerias: grau de dependência, da alocação de recursos, inclusive o grau de entendimento das políticas públicas.

As definições pretendidas foram obtidas relativamente em pouco tempo. Algumas delas contaram com a unanimidade dos participantes desde o início e outras foram objeto de argumentação mais longa, mas chegaram ao final com a aceitação de todos os envolvidos:

- ✓ as diferentes temporalidades dos programas seriam minimizadas pela seleção dos distritos onde os programas redistributivos praticamente não estão mais com atividades neste momento;
- ✓ conseqüentemente, caminhou-se rapidamente para a opção por ex-beneficiários como participantes preferenciais dos GFs: tanto o Bolsa Trabalho quanto o Começar de Novo optaram pela realização de 1 GF com ex-beneficiários e entrevistas em profundidade com 2 famílias em cada distrito selecionado e o Renda Mínima por 1 GF com beneficiários e entrevistas em profundidade com 2 famílias em cada distrito selecionado;
- ✓ no processo de negociação, a subcoordenadora do Programa CN propôs (e contou com o apoio imediato e entusiástico das coordenadoras dos Programas BT e CN) a realização de um GF em cada distrito selecionado com monitores do Começar de Novo e do Bolsa Trabalho, em conjunto. Desta feita, foi a vez da equipe do DIEESE aceitar a proposta.

A questão que suscitou mais controvérsias e para a qual o consenso foi mais demorado e construído a partir de argumentos levantados pelos participantes e pela própria moderadora instada, mais de uma vez, a explicitar as vantagens e desvantagens de cada uma das alternativas, foi a da escolha de fazer a pesquisa de todos os programas redistributivos em 2 únicos distritos. A questão seguinte a esta, a seleção de quais seriam estes distritos, embora tenha ocupado um bom tempo do GF, por sugestão da moderadora acabou ficando entre as pendências para que pudesse ser feita de forma

mais amadurecida e em debate mais privado/interno aos responsáveis. Por sugestão da Rosa, muito bem aceita por todos os participantes, a moderadora ficou de enviar correspondência via correio eletrônico lembrando as pendências. Aceita a proposta, a correspondência foi enviada no dia seguinte ao da realização do GF, com as seguintes demandas:

- ✓ definição dos 2 distritos onde as pesquisas dos programas redistributivos serão realizadas com uma breve justificativa, ou seja, quais foram os critérios de seleção, para que se possa incluir no relatório desta etapa de planejamento que se está produzindo;
- ✓ estágio atual de cada programa nos distritos selecionados;
- ✓ cronograma de pesquisa dos programas: a partir de 7 de abril, qual a ordem de entrada em foco dos programas;
- ✓ temas comuns aos programas redistributivos para inserção no roteiro dos GFs e entrevistas;
- ✓ temas que sejam comuns aos programas redistributivos para inserção na ficha socioeconômica;
- ✓ confirmação ou correção (dentro dos limites acordados no GF) do quadro que se segue que pretende consubstanciar as decisões relativas às opções de pesquisa feitas pelos programas:

QUADRO DAS OPÇÕES DE PESQUISA

<i>Programa</i>	<i>Técnicas empregadas</i>	<i>Informantes</i>
Bolsa Trabalho (BT)	1 GF e 2 entrevistas por distrito selecionado	Ex-beneficiários e suas famílias
Começar de Novo (CN)	1 GF e 2 entrevistas por distrito selecionado	Ex-beneficiários e suas famílias
Bolsa Trabalho (BT) / Começar de Novo (CN) em conjunto	1 GF extra em cada distrito selecionado	Monitores
Operação Trabalho (OP) (*)	2 GFs em cada distrito selecionado	Ex- beneficiários (da 1ª turma) e Beneficiários da 2ª turma (a definir)
Renda Mínima (RM)	1 GF e 2 entrevistas por distrito selecionado	Beneficiários e suas famílias
São Paulo Confia (SPC)	Levantamento por amostragem	Beneficiários e/ou ex beneficiários (a definir)

Nota: (*) Decisão posterior para compatibilizar a proposta com o esquema operacional do programa.

Na data apazada, a resposta veio também pelo correio eletrônico:

- ✓ *“distritos selecionados para as pesquisas dos programas redistributivos:*
 - a) **Capão Redondo** – *faz parte dos 13 primeiros distritos (na verdade iniciamos o cadastramento em 2001 em Capão e Lajeado, dia 10 de abril de 2001, simultaneamente), atendidos em 2001. Pode representar a primeira fase de implantação dos programas sociais. Neste distrito já foi realizado o recadastramento do Renda Mínima, as atividades dos programas BT e CN já foram encerradas e neste distrito existe um grupo de egressos desses 2 programas que desenvolveram atividades junto ao Programa Oportunidade Solidária criando*

empreendimentos que já passaram pela fase de pré-incubação, incubação e hoje estão na fase de acompanhamento;

b) *Ermelino Matarazzo* – *faz parte do grupo de distritos atendidos a partir do megacadastramento. As atividades dos programas BT e CN já foram encerradas, um grupo de bolsistas desses programas desenvolveu atividades de pré-incubação junto ao Programa Oportunidade Solidária e esta fase foi concluída no mês de março. Os empreendimentos definidos entrarão agora em fase de incubação. O período de recadastramento do Renda Mínima será definido pela coordenação do programa;*

- ✓ *a ordem de entrada dos programas deverá ser RM, CN e BT, obedecendo à ordem que o Aletto definir para o Operação Trabalho;*
- ✓ *quanto a sugestões de temas comuns aos programas redistributivos para inserção no roteiro dos GFs e entrevistas e para a ficha sócioeconômica, aguardamos apresentação da proposta desenvolvida por vocês para que possamos avaliar a necessidade de inserir ou não alguma outra questão.*
- ✓ *em relação ao quadro relativo às opções de pesquisa feitas pelos programas, confirmamos as informações referentes ao RM, BT e CN.”*

Ao que tudo indica, o problema das diferentes temporalidades dos programas foi muito bem contornado e, embora as definições finais com relação ao Oportunidade Solidária ainda venham a ser tomadas quando sua coordenadora for consultada, uma proposta inicial já pode ser colocada em pauta: a de realizar a pesquisa deste programa também nos distritos selecionados para os redistributivos. No que tange ao Operação Trabalho, a posição de seu coordenador quanto à unidade geográfica é a de verificar se há atuação significativa do programa nas áreas geográficas definidas para o campo dos outros programas redistributivos para acompanhá-los ou não. Esta decisão será tomada em momento próximo.

Assim, ao concluir este relatório, é possível consolidar uma proposta de trabalho para os próximos meses, mas não sem agradecer a todos que, no DIEESE e na SDTS/PMSP viabilizaram a obtenção deste objetivo de forma tão satisfatória.

V DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PESQUISA DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SDTS/PMSP

Esta última parte do relatório destina-se à consolidação das propostas de pesquisa, para cada programa, do cronograma de trabalho e à enumeração das etapas que ainda estão por ser cumpridas por todos e cada um dos programas. Destina-se ainda a lembrar o tipo de participação estreita que vai ser necessário por parte das equipes dos programas para que seja viável a realização de algumas etapas por vir.

Para fechar o planejamento geral, há de ser feito o desenho dos instrumentos de coleta:

- ✓ roteiro ou tópico Guia dos GFs e das entrevistas (parte comum aos programas);
- ✓ ficha socioeconômica básica (inteiramente comum aos programas);
- ✓ layout das tabelas com alguns dados do IBGE sobre os distritos selecionados;
- ✓ layout das tabelas com alguns dados do Banco de Dados Cidadão sobre o perfil dos beneficiários de cada um dos programas nos distritos selecionados;
- ✓ layout das tabelas com alguns dados da pesquisa quantitativa realizada com usuários dos programas no distrito de Capão Redondo. Segundo as informações disponíveis, Ermelino Matarazzo não fez parte da amostra da segunda fase da mesma pesquisa;
- ✓ layout das tabelas com dados da supervisão e avaliação realizada pela SDTS nos cursos do Projeto Formação Cidadã, Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva. O distrito de Ermelino Matarazzo estava entre os contemplados com a pesquisa.

As tarefas a serem realizadas para cada um dos programas durante as 3 semanas em que cada um dos redistributivos terá em regime de exclusividade, são as seguintes e, algumas delas, precisarão ser cumpridas em estreita e indispensável colaboração com a equipe do programa:

- ✓ leituras específicas;
- ✓ definição da parte específica do roteiro;

- ✓ seleção efetiva dos entrevistados;
- ✓ visita ao campo para realização dos convites e para contato com quem atua diretamente junto aos beneficiários;
- ✓ definição da hora e local dos GFs/entrevistas.

Consolidação das propostas de pesquisa, por ordem da entrada em campo, em conformidade com as respostas recebidas (e não recebidas) e com as necessidades da pesquisa:

QUADRO COM AS PROPOSTAS DE PESQUISAS POR PROGRAMA

<i>Programa</i>	<i>Técnicas empregadas</i>	<i>Informantes</i>	<i>Unidade Geográfica</i>
Renda Mínima	1 GF e 2 entrevistas por distrito selecionado	Beneficiários e suas famílias	Capão Redondo Ermelino Matarazzo
Operação Trabalho	2 GFs em cada distrito selecionado (a definir)	Ex- beneficiários (da 1ª turma) e Beneficiários da 2ª turma possível até final de maio (a definir)	A definir de acordo com o significado para o programa
Bolsa Trabalho	1 GF e 2 entrevistas por distrito selecionado	Ex-beneficiários e suas famílias	Capão Redondo Ermelino Matarazzo
Começar de Novo	1 GF e 2 entrevistas por distrito selecionado	Ex-beneficiários e suas famílias	Capão Redondo Ermelino Matarazzo
Bolsa Trabalho/ Começar de Novo em conjunto	1 GF extra em cada distrito selecionado	Monitores	Capão Redondo Ermelino Matarazzo
Oportunidade Solidária	2 GFs em cada distrito selecionado	Beneficiários e monitores	(A definir) Sugestão: Capão Redondo e Ermelino Matarazzo
São Paulo Confia	Levantamento por amostragem	Beneficiários e/ou ex beneficiários (a definir)	Amostra aleatória a partir de cadastro das 14 agências com corte por valor do empréstimo

Quanto ao cronograma que ora é proposto, em conformidade com as respostas recebidas (e não recebidas) e com as necessidades da pesquisa, é o seguinte:

PRIMEIRA FASE: PROGRAMAS REDISTRIBUTIVOS

<i>Semana/Mês</i>	<i>Atividades</i>	<i>Programas</i>
7/13 abril	◆ Desenho dos instrumentos de coleta (parte geral) e demanda dos dados secundários.	Redistributivos em geral
14/20 abril	◆ Leituras específicas, proposta de roteiro específico.	Renda Mínima
21/27 abril	◆ Seleção dos entrevistados, discussão e fechamento de roteiro específico, visita de abertura de campo, convites e agendamento de hora e local dos GFs e das entrevistas.	Renda Mínima
28 abril/ 4 maio	◆ Realização dos GFs e das entrevistas.	Renda Mínima
5/11 maio	◆ Leituras específicas, proposta de roteiro específico; ◆ Transcrição de fitas e elaboração de relatos.	Operação Trabalho Renda Mínima
12/18 maio	◆ Definições pendentes, seleção dos entrevistados, discussão e fechamento de roteiro específico, visita de abertura de campo, convites e agendamento de hora e local dos GFs e das entrevistas.	Operação Trabalho
19/25 maio	◆ Realização dos GFs e das entrevistas.	Operação Trabalho
26 maio/ 1º junho	◆ Leituras específicas, proposta de roteiro específico; ◆ Transcrição de fitas e elaboração de relatos.	Bolsa Trabalho Operação Trabalho
2/8 junho	◆ Seleção dos entrevistados, discussão e fechamento de roteiro específico, visita de abertura de campo, convites e agendamento de hora e local dos GFs e das entrevistas.	Bolsa Trabalho
9/15 junho	◆ Realização dos GFs e das entrevistas.	Bolsa Trabalho
16/22 junho	◆ Leituras específicas, proposta de roteiro específico; ◆ Transcrição de fitas e elaboração de relatos.	Começar de Novo Bolsa Trabalho
23/29 junho	◆ Seleção dos entrevistados, discussão e fechamento de roteiro específico, visita de abertura de campo, convites e agendamento de hora e local dos GFs e das entrevistas.	Começar de Novo
30 junho/ 6 julho	◆ Realização dos GFs e das entrevistas.	Começar de Novo
7/13 julho	◆ Recebimento do cadastro para cálculo da amostra; ◆ Transcrição de fitas e elaboração de relatos.	São Paulo Confia Começar de Novo
7 julho/3 agosto	◆ Sistematização dos dados, análise e redação de relatório único.	Programas redistributivos

SEGUNDA FASE: PROGRAMAS EMANCIPATÓRIOS

<i>Semana/Mês</i>	<i>Atividades</i>	<i>Programas</i>
4/10 agosto	◆ Retomada das conversas, leituras específicas, proposta de roteiro e questionários específicos.	Oportunidade Solidária e São Paulo Confia
11/17 agosto	◆ Seleção dos entrevistadores, treinamento e início do trabalho de campo.	São Paulo Confia
18/24 agosto	◆ Seleção dos entrevistados, discussão e fechamento de roteiro específico, visita de abertura de campo, convites e agendamento de hora e local dos GFs e das entrevistas; ◆ Continuação do trabalho de campo e elaboração do plano de entrada de dados.	Oportunidade Solidária São Paulo Confia
25/31 agosto	◆ Transcrição das fitas e relato dos GFs; ◆ Trabalho de campo, supervisão e digitação.	Oportunidade Solidária São Paulo Confia
1/7 setembro	◆ Transcrição das fitas e relato dos GFs; ◆ Supervisão dos questionários e Digitação.	Oportunidade Solidária São Paulo Confia
8 setembro/ 5 outubro	◆ Sistematização dos dados, análise e redação de 2 relatórios.	Oportunidade Solidária e São Paulo Confia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADULIS, Dalberto. **Como planejar a avaliação de um projeto social?** 1999

Disponível em:

http://www.maspesquisademercado.com.br/marketing_total/marketing29.htm Acesso

em: 20 de março de 2003.

AGUILAR, Maria José; ANDERR-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CANO, Inácio. A violência brasileira ainda não é uma guerra. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro: 05/04/2003. Caderno Idéias.

CANO, Inácio. **Introdução à avaliação de programas sociais.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CENTRO NACIONAL DE ESTUDOS E PROJETOS - CNEP. **Monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos.** Rio de Janeiro, fev. 2003.

CHIANCA, Thomaz. Avaliando programas sociais: conceitos, princípios e práticas. In: CHIANCA, Thomaz. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil.** São Paulo: Global; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. **Identificação dos resultados das mudanças ocorridas com os beneficiários dos programas sociais da Prefeitura de São Paulo desenvolvidos pela SDTS.** São Paulo, out. 2002. mimeo.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. IN: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUERRA, A, CAMPOS A.; FREITAS JR, E.. Sistema de comunicação e de gerenciamento de informações. In: POCHMANN, Márcio (Org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Cortez, 2002.

MACHADO, Lucília. Eficácia, eficiência e efetividade social na implementação dos PEQs. In: UNITRABALHO. **Seminário nacional sobre avaliação do Planfor: uma política pública de educação em debate**. São Carlos – SP, 1999.

POCHMANN, M.; MORETTO, A.. A estratégia paulistana de inclusão social. In: POCHMANN, Márcio (Org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Cortez, 2002.

REIS, Liliane G. da Costa. Avaliação de projetos como instrumento de gestão. In: **Apoio à gestão**. Seção Tema do Mês. 1999. Disponível em: http://www.rits.org.br/gestao/ge_tmessant_nov99.cfm. Acesso em: 20 de março de 2003.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E SOLIDARIEDADE - SDTS. **Programas sociais da prefeitura de São Paulo: avaliação preliminar**. São Paulo, jul. 2002. mimeo

VALARELLI, Leandro Lamas. Indicadores de resultados de projetos sociais. In: **Apoio à gestão**. Seção Tema do Mês. Disponível em: http://www.rits.apc.org/gestao_teste/ge_testes/ge_tmess_jul99.cfm. Acesso em: 20 de março de 2003.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS PELOS PROGRAMAS

- ✓ Apresentação
- ✓ Breve descrição dos objetivos da entrevista
- ✓ Pedido de permissão para gravar
- ✓ Pressuposto: o conteúdo do livro já é conhecido e quando ele esgotar o assunto perguntado pode-se passar adiante.
- ✓ Data e local da entrevista

1. DADOS GERAIS DO PROGRAMA

- ✓ Nome do programa:
- ✓ Responsável na SDTS:
- ✓ Data de início da execução do Programa:
- ✓ Existe outra fonte de recursos que financia o programa além dos da própria Prefeitura de São Paulo? Qual?
- ✓ Qual o objetivo geral do programa?
- ✓ Quais os objetivos específicos do programa?
- ✓ Qual é o público alvo do programa: seus beneficiários diretos e indiretos?
- ✓ Como foi feita a seleção dos beneficiários:
 - Divulgação;
 - Recrutamento;
 - seleção efetiva (a questão do princípio da universalidade).
- ✓ Qual o tempo previsto para a participação do beneficiário no programa?
- ✓ Pretende ser um programa contínuo ou tem previsão de encerramento? (O fato de um programa ser definido em lei garante a sua continuidade?)
- ✓ Estrutura gerencial do programa:
 - Na SDTS;
 - No distrito onde está sendo implantado.

- ✓ Como você avalia o desempenho dos Centros de Desenvolvimento Local e Solidário?
Por quê?
- ✓ O programa conta com instituições parceiras para a sua execução?
- ✓ Em caso afirmativo:
 - Quais?
 - Para que etapas do programa?
 - Qual a sua avaliação destas parcerias?
- ✓ O programa prevê alguma forma de participação do beneficiário (individualmente e/ou através de suas associações representativas) nas diversas fases que compõem o “ciclo de vida” (planejamento, execução e operacionalização) do programa?
- ✓ Em caso afirmativo, esta participação:
 - tem sido efetiva?
 - em que fases do ciclo de vida do programa?
 - de que forma?

2. INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS DA SDTS

- ✓ Existem outros programas aos quais o que você é responsável está mais intimamente ligado/integrado?
- ✓ Em caso afirmativo, qual/quais?
- ✓ Como você avalia o grau de integração que vem sendo alcançado?
- ✓ Quais as principais dificuldades para que a integração seja efetiva?
- ✓ Em que aspectos você avalia que a integração foi obtida de forma mais fácil?
- ✓ A que você atribui esta facilidade?
- ✓ Você tem algumas idéias que gostaria de colocar em prática para melhorar o grau de integração entre os programas?
- ✓ Em caso afirmativo, quais?
- ✓ Como você avalia o funcionamento do Fórum de Coordenadores e Assessorias previsto na estrutura da SDTS? Por quê?

3. ESTÁGIO ATUAL DO “CICLO DE VIDA” DO PROGRAMA: EXECUÇÃO

- ✓ Atual abrangência geográfica do programa – distritos nos quais está funcionando:

- ✓ Atual estágio de desenvolvimento das atividades em cada distrito:
- ✓ Cobertura atual do programa:
 - número de distritos nos quais o programa está implantado em relação ao número de distritos planejado;
 - número direto de beneficiários acumulado até o momento e no momento atual;
 - proporção de pessoas atingidas pelo programa em relação ao tamanho da população-alvo na região.
 - proporção de pessoas atingidas pelo programa em relação ao número de pessoas cadastradas.

4. ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA

- ✓ O planejamento de implantação do programa previu um sistema interno de monitoramento de sua execução?
- ✓ Em caso afirmativo, este monitoramento:
 - vem sendo feito?
 - vem sendo feito de que forma – com que critérios, com quais indicadores e por qual equipe?
 - tem contado, de alguma forma, com a participação dos beneficiários (diretamente ou através de suas organizações comunitárias/profissionais)?
 - tem calculado, de alguma forma índices de cobertura, eficácia, eficiência e efetividade do programa até o momento?
 - tem gerado relatórios?
 - apresenta resultados que permitam a retroalimentação das fases de execução/correção de rumos?
 - tem coletado dados que permitam a visualização de mudanças em relação aos coletados no marco zero do programa – avaliação inicial do público-alvo antes da intervenção?
 - é visto de forma positiva pela equipe responsável pela execução do projeto?

- ✓ A partir de seu trabalho e das informações disponíveis você avalia que o projeto está alcançando suas metas, seus objetivos específicos e contribuindo para o alcance do objetivo geral nos prazos previstos e com os recursos a ele destinados? Por quê?
- ✓ **Somente no caso dos programas emancipatórios:** você avalia que o programa, da maneira como vem sendo implantado, tem condições de sustentabilidade, ou seja, de continuidade após a retirada da comunidade da equipe do programa?
- ✓ Qual a sua expectativa com relação a esta parceria com o DIEESE no sentido de facilitar um processo de acompanhamento/avaliação que possa retroalimentar o programa, ajudando-o a fluir ainda com mais eficiência em direção à obtenção de seus objetivos específicos?
- ✓ Qual/quais você imagina que poderia(m) ser as principais fontes de informação para conhecer os sucessos e as dificuldades que o programa vem obtendo/enfrentando em sua execução?
- ✓ Existem relatórios, publicações ou documentos cuja leitura você considere indispensável para que se planeje o atual trabalho de pesquisa de acompanhamento do programa pelo qual você é responsável? Cite.
- ✓ As informações que mais lhe fazem falta para gerenciar o programa são relacionadas:
 - aos efeitos do programa: aos próprios beneficiários (diretos e indiretos) do programa;
 - aos impactos do programa: às comunidades dos distritos nos quais o programa está sendo implantado;
 - à própria estrutura de implantação do projeto, à própria equipe de trabalho do programa na sede da SDTS e nos distritos;
 - à equipe mais inclusiva de implantação dos demais programas redistributivos e emancipatórios da SDTS.
- ✓ Quais são as principais informações que você gostaria de obter na pesquisa que o DIEESE vai realizar com o intuito de acompanhar/avaliar o programa?
- ✓ Que tipo de metodologia de pesquisa você avalia que seria mais adequada para coletar as informações que você anseia obter:
 - aplicação de questionários em amostras de beneficiários atuais ou passados;

- métodos qualitativos de coleta de informações (entrevistas e Grupos Focais) com um pequeno número de: beneficiários atuais, ex-beneficiários, membros das comunidades em que o programa está implantado, membros das instituições parceiras etc.;
 - combinações destas metodologias.
- ✓ Que tipo de foco geográfico você acharia mais adequado para as pesquisas:
- selecionar dois distritos comuns aos diversos programas e neles proceder ao estudo de todos os programas;
 - manter os dois distritos mais focados no relatório do processo de avaliação levado a efeito no ano passado;
 - selecionar dois distritos por critérios de relevância do próprio programa específico para neles estudar este programa;
 - proceder a um estudo mais quantitativo, por amostra, dentro do universo de todos os distritos atingidos pelos programas.
- ✓ No caso deste primeiro trabalho da parceria com o DIEESE, considera relevante a realização deste tipo de entrevista com os responsáveis pelos programas?
- ✓ Acha que a realização de um Grupo Focal com os responsáveis pelos programas e com pessoas que administram o programa em algumas localidades pode trazer acréscimos importantes às informações coletadas nas entrevistas individuais com os responsáveis?
- ✓ Em caso afirmativo, que tipo de questões gostaria de ver abordadas no Grupo Focal?

5. FALA LIVRE: algo que não foi perguntado e que considere relevante.

ANEXO 2

MATERIAL DO GRUPO FOCAL COM AS COORDENAÇÕES DOS PROGRAMAS SOCIAIS DA SDTS/PMSP Março de 2003

PROPOSTA DA PESQUISA NO PROJETO DIEESE/SDTS

- ✓ Um conjunto articulado de pesquisas qualitativas com as famílias e indivíduos integrantes dos programas para ouvir e conhecer sua experiência: expectativas, cotidiano, vivência nesses programas, mudanças verificadas, possibilidades abertas, sugestões e críticas. Poderão também ser ouvidos técnicos e funcionários que executam os programas junto aos beneficiários.
- ✓ Levantamento quantitativo através de amostra aleatória com beneficiários do São Paulo Confia.

Nossos limites

- ✓ Cada decisão tomada deve levar em conta que ela implica a adoção de procedimentos e a aplicação de quantidades diferenciadas de recursos humanos, materiais, financeiros e de tempo.
- ✓ Temos recursos limitados e um tempo total de 6 meses para a realização de todo o trabalho com todos os programas redistributivos e com 2 dos emancipatórios.

O planejamento

“Dentre todas as etapas de um processo de avaliação de projetos sociais, a de planejamento é a mais complexa, não apenas porque envolve questões metodológicas e decisões estratégicas que demandam tempo e energia dos gestores, mas também porque se realizada de forma inadequada pode comprometer as demais etapas do processo.”

Dalberto Adulis

Nossa opção de construção do planejamento

- ✓ Etapa prévia de conversação entre o DIEESE e as equipes do Projeto de Desenvolvimento Solidário e da SDTS, que resultou na elaboração e na aprovação de um projeto com financiamento da FAO para a sua execução.
- ✓ Leitura e sistematização do material disponível sobre os programas.
- ✓ Entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis pelos programas envolvidos no projeto.
- ✓ Reunião com membros da equipe de supervisão e de visitas domiciliares.
- ✓ Realização deste Grupo Focal para a discussão e definição de procedimentos comuns de pesquisa.

Relevância das informações obtidas nas entrevistas individuais com os coordenadores: principais pontos em comum e de interesse para esta etapa do nosso trabalho

- ✓ Tensão entre tempo de planejamento e tempo de realização dos programas: “é preciso fazer!”
- ✓ Nível insuficiente fr sistematização das mudanças ocorridas nos programas e dos resultados das atividades de seu acompanhamento.
- ✓ A questão da construção da credibilidade dos programas junto ao público.
- ✓ A preocupação de não ser assistencialista e de ser pautado realmente por critérios universais.

- ✓ Política pública como direito: a importância de internalizar esta noção como única garantia da continuidade dos programas.
- ✓ A questão da busca permanente da construção da cidadania e da recuperação da auto-estima dos beneficiários.
- ✓ A importância dos postos de atendimento como unidade permanente próxima ao público-alvo como embrião do centro de desenvolvimento local e solidário onde ele ainda não existe.

- ✓ Importância do governo local e da sociedade organizada para viabilizar a execução dos programas inclusive em função da estrutura enxuta da SDTS.
- ✓ Necessidade de trabalhar sempre e mais na ampliação da integração nos seus diversos níveis: a) na própria SDTS (espaços de integração entre as equipes e mecanismos de integração entre os programas); b) com outras secretarias e c) com todas as instituições parceiras.
- ✓ A pesquisa vai ter que lidar com 4 tipos de heterogeneidade: a regional; a das atividades desenvolvidas; a das parcerias e a temporal.

Definição dos objetivos da avaliação

- ✓ “Levar os beneficiários a refletir sobre os impactos dos programas e das atividades desenvolvidas sobre o seu cotidiano, tanto em termos de vida pessoal, quanto da vida familiar e comunitária.”
- ✓ “Identificar as possíveis mudanças produzidas pelos programas da SDTS/PMSP, bem como os graus de necessidade das famílias e dos indivíduos que estão sendo atendidos pelos programas.”

Projeto DIEESE

Questões centrais a que se propõe investigar

- ✓ A percepção dos beneficiários dos valores centrais que norteiam a estratégia paulistana de inclusão social e de sua importância para a construção de uma nova visão de mundo.
- ✓ A percepção dos beneficiários sobre possíveis mudanças no seu cotidiano a partir da internalização destes valores.
- ✓ A satisfação dos beneficiários com sua participação nos programas, suas sugestões e críticas.

Momento da avaliação/acompanhamento (começo, durante ou término)

Abril a junho de 2003

QUESTÃO: como encaminhar a pesquisa levando em conta o problema das diferentes temporalidades dos programas nos diferentes distritos.

O que será avaliado

Questões:

Temas comuns aos diversos programas, passíveis de inclusão no roteiro dos GFs:

- ✓ dos beneficiários;
- ✓ dos ex-beneficiários;
- ✓ dos parceiros.

Temas passíveis de inclusão no roteiro das entrevistas com famílias.

Tipo de avaliação

Avaliação participativa:

“Pode ser utilizada em qualquer etapa do projeto. incorpora a perspectiva das populações beneficiadas na análise de aspectos e problemas relacionados ao planejamento, execução e resultados do projeto. as avaliações participativas procuram superar algumas deficiências das abordagens tradicionais, abrindo canais de participação entre usuários e gestores.”

Dalberto Adulis

Abordagem metodológica/ Escolha da(s) técnica(s)

Mista, pois, embora esteja centrada na pesquisa qualitativa, pretende produzir e incorporar alguns dados quantitativos.

Grupos Focais: no máximo 2 GFs por distrito.

Entrevistas semi-estruturadas com famílias: no máximo 2 por distrito.

Levantamento de um perfil básico dos entrevistados.

Construção de tabelas com dados secundários.

Fontes de dados

- ✓ IBGE;
- ✓ Banco de Dados Cidadão;
- ✓ Produção de dados primários (qualitativos e quantitativos) a partir de coleta direta com os beneficiários.

Informantes

- ✓ Beneficiários diretos e/ou ex-beneficiários diretos dos programas;
- ✓ Famílias (beneficiários indiretos);
- ✓ Monitores e/ou membros das instituições parceiras.

Questões:

- ✓ Definição final do tipo de informante;
- ✓ No caso de opção pela inclusão da perspectiva do parceiro, como lidar com a heterogeneidade de atividades e de tipos de parceiro em termos de seleção e de tipos de indagações comuns.

Universo do estudo: dois distritos selecionados entre aqueles onde os programas tenham sido implantados

Questão inicial: dois distritos comuns para todos os programas (pelo menos para os redistributivos que serão mais trabalhados em conjunto) ou dois distritos selecionados para cada projeto.

Questão em ambos os casos: critérios de seleção dos distritos – ter tido pesquisa quantitativa anterior, antiguidade dos programas, estágio de desenvolvimento do programa, existência de dificuldades especiais, maior proporção de beneficiários etc..

Seleção dos entrevistados

- ✓ **No caso de pessoas:** será feita de forma a garantir o máximo de heterogeneidade na composição dos grupos quanto a sexo, idade, etnia (cor), nível de instrução etc..
- ✓ **No caso de famílias:** será feita de forma a garantir o máximo de heterogeneidade de tipos de família, número de filhos, idade dos filhos, tempo de participação no programa etc..
- ✓ **No caso da inclusão de parceiros:** será feita de forma a garantir o máximo de heterogeneidade quer em termos de tipo, quer de atividades desenvolvidas e dos monitores.

Desenho dos instrumentos de coleta

- ✓ Roteiro ou tópico Guia dos GFs e das entrevistas;
- ✓ Ficha sócioeconômica básica;
- ✓ Layout das tabelas com dados do IBGE e do Banco de Dados Cidadão.

Plano para a realização do trabalho de campo

Cerca de 3 semanas para cada programa redistributivo durante as quais serão cumpridas as seguintes tarefas (muitas delas em estreita e indispensável colaboração com a equipe do programa):

- ✓ definição da parte específica do roteiro;
- ✓ seleção efetiva dos entrevistados;
- ✓ visita ao campo para realização dos convites e para contato com quem atua diretamente junto aos beneficiários e
- ✓ definição da hora e local dos GFs/entrevistas.

Questões Finais relativas a cronograma

- ✓ Considerando que o trabalho com os programas redistributivos está previsto para os meses de abril, maio e junho, haveria uma ordem de entrada em campo que fosse mais conveniente para as equipes dos programas?
- ✓ O trabalho com o Oportunidade Solidária está previsto para junho.
- ✓ O trabalho com o São Paulo Confia está previsto para agosto.